

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

JULIO CAMPOS SIMÕES

DEPENDÊNCIA CULTURAL NO BRASIL:
Diálogos de Celso Furtado e Darcy Ribeiro

CAMPINAS
2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

JULIO CAMPOS SIMÕES

DEPENDÊNCIA CULTURAL NO BRASIL:
Diálogos de Celso Furtado e Darcy Ribeiro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Renata Bianconi

CAMPINAS
2019

Fotografia 1 – I Encontro Nacional De Política Cultural – Belo Horizonte/MG



Em primeiro plano, da esquerda para direita, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, José Aparecido de Oliveira (em pé) e Tancredo Neves. Encontro realizado no Palácio das Artes, Belo Horizonte, entre 21 e 24 de Abril de 1984.

Fonte: Arquivo Público Mineiro - Secretaria de Cultura de Minas Gerais

“Os riscos que correm essa gente morena,
O horror de um progresso vazio.”
(Caetano Veloso, trecho da música “Purificar o Subaé”)

“*O sambista não precisa*
Ser membro da academia.
Ao ser natural em sua poesia,
O povo lhe faz *imortal*.”
(Candeia, trecho da música “Testamento de Partideiro”)

Toda a admiração e amor à cultura popular brasileira.

RESUMO

À luz da história, torna-se possível refletir acerca da formação da cultura brasileira, que está inscrita em um processo que transcende suas fronteiras. Tal propósito reside no empreendimento colonial português, expressão da expansão do mercado europeu, numa feitoria de exportação organizada e aplicada sob uma base populacional mista de escravos africanos e indígenas, isolados de seus hábitos e crenças. Dessa realização problemática, nasce o Brasil e suas etnias miscigenadas, que já não serão outra coisa senão povos novos entregues a destinos compulsórios, dentro das rígidas funções de exigência de uma empresa colonial escravista. Nos estamentos mais altos, constitui-se uma elite voltada para atender interesses externos e, portanto, condicionada pela retroalimentação do sistema de cultura europeu, através da permanente interferência da matriz colonial. Do outro lado, figura um povo desintegrado e aculturado, com notória criatividade para adequar-se a novas condições de existência, marginal e invisível aos olhos do projeto de país. Celso Furtado e Darcy Ribeiro, dois grandes pensadores do nosso tempo, dedicaram especial atenção a observar no Brasil o desdobramento de um sistema vicioso de transplantação de valores, delegando ao papel da cultura relevância central para explicar tendências a um desenvolvimento dependente e socialmente excludente. O diálogo entre essas ideias identifica no processo histórico brasileiro o problema da mimetização cultural, limitante da criatividade e da autonomia na busca por caminhos emancipatórios, questionando a necessidade de reprodução de um padrão de desenvolvimento que pouco se aplica a nossa realidade. Seria ele responsável pelas malformações engendradas nesse dependente processo de modernização?

Palavras-chave: Celso Furtado. Darcy Ribeiro. Desenvolvimento. Dependência. Cultura.

RESUMEN

A la luz de la historia se hace posible reflexionar acerca de la formación de la cultura brasileña, que está inscrita en un proceso que trasciende sus fronteras. Tal propósito radica en la empresa colonial portuguesa, expresión de la expansión del mercado europeo, una fábrica de exportación organizada y aplicada sobre una población mezclada por esclavos africanos e indígenas, aislados de sus hábitos y creencias. De esa realización problemática, nace Brasil y sus etnias amalgamadas, que ya no serán otra cosa sino pueblos nuevos entregados a destinos compulsivos, dentro de las rígidas funciones de exigencia de una empresa colonial esclavista. En los estamentos más altos, se constituye una elite orientada a atender intereses externos y, por lo tanto, condicionada por la retroalimentación del sistema de cultura europeo, a través de la permanente interferencia de la matriz colonial. Del otro lado, figura un pueblo desintegrado y aculturado, con notoria creatividad para adecuarse a nuevas condiciones de existencia, marginal e invisible a los ojos del proyecto de país. Celso Furtado y Darcy Ribeiro, dos grandes pensadores de nuestro tiempo, dedicaron especial atención a observar en Brasil el despliegue de un sistema vicioso de trasplante de valores, delegando al papel de la cultura relevancia central para explicar tendencias a un desarrollo dependiente y socialmente excluyente. El diálogo entre esas ideas identifica en el proceso histórico brasileño el problema de la mimetización cultural, limitante de la creatividad y de la autonomía en la búsqueda de caminos emancipadores, cuestionando la necesidad de reproducción de un estándar de desarrollo que poco se aplica a nuestra realidad. ¿Sería él responsable de las malformaciones engendradas en ese dependiente proceso de modernización?

Palabras clave: Celso Furtado. Darcy Ribeiro. Desarrollo. Dependencia. Cultura.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - CONCEITOS FUNDAMENTAIS	12
1.1. Darcy Ribeiro	12
1.1.1. Cultura como patrimônio.....	12
1.1.2. Criatividade e dependência	13
1.1.3. Desenvolvimento e evolução sociocultural	15
1.2. Celso Furtado	17
1.2.1. Cultura como sistema	17
1.2.2. Criatividade e excedente	18
1.2.3. Desenvolvimento e a transmutação de “meios” em “fins”	21
1.3. Aproximação pela visão de cultura	23
CAPÍTULO 2 – A HERANÇA COLONIAL.....	28
2.1. Antecedentes da expansão portuguesa.....	29
2.2. O sentido privado da colonização	30
2.3. A unidade produtora.....	31
2.4. A aculturação	32
2.4.1. Elite aculturada.....	34
2.4.2. O cunhadismo.....	37
2.4.3. O salvacionismo	38
2.4.4. O escravismo	39
2.4.5. O patriarcalismo	40
2.5. A decadência	42
CAPÍTULO 3 – A DIFUSÃO NEOCOLONIAL.....	44
3.1. Emergência da civilização industrial	46
3.2. Difusão cultural no Brasil	48
3.2.1. A transição institucional.....	49
3.2.2. A transição do regime de mão de obra	53
3.2.3. A questão salarial	55
CAPÍTULO 4 – A MODERNIZAÇÃO NACIONAL.....	58
4.1. O diálogo da modernização.....	59

4.1.1. A modernização dependente	59
4.1.2. A modernização reflexa.....	62
4.2. A marginalização cultural	64
4.2.1. O distanciamento entre elite e povo	64
4.2.2. Cultura autentica e espúria	65
4.3. O “modelo” brasileiro	67
4.3.1. Diversificação versus difusão do consumo	68
4.3.2. Dependência tecnológica.....	71
4.4. Identidade cultural.....	72
4.4.1. Descaracterização e consciência crítica	73
4.4.2. O desenvolvimento endógeno	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88

INTRODUÇÃO

A inserção nos processos civilizatórios que marcam a trajetória do Brasil produziu profundos desdobramentos que podem ser analisados pela dinâmica da cultura. Será esse um conceito de grande relevância na obra de Celso Furtado e Darcy Ribeiro. A cultura – vista por Ribeiro como um acervo coparticipado de herança social e articulada por Furtado como um sistema dialético – é uma apreensão de toda a realidade em suas dimensões material e imaterial.

A tecnologia, a política, a arte, a religião são exemplos de esferas que constituem a cultura. Quando os povos, usando seu potencial criativo ou intercambiando cultura, ensejam mudanças em uma determinada esfera, deslocam o equilíbrio das outras, levando todo o sistema reestruturar-se. Essa é a dinâmica que imprime as mudanças da sociedade (OGBURN, 1922). Contudo, para que seja vista como elemento dinâmico, a cultura precisa ser dimensionada em uma perspectiva diacrônica, isto é, posta em um horizonte histórico-temporal (HERSKOVITS, 1964).

A cultura brasileira, nosso objeto de estudo, é vista nesse trabalho à luz da história. Ao longo dos séculos em que se formou e consolidou a nação brasileira, prevaleceu e persiste uma tendência à negação do conteúdo popular da sua cultura e uma viciosa identificação com conteúdos alheios. Essa dinâmica é mantida pela lógica da transfusão de interesses, onde as camadas dirigentes do tecido social reproduzem necessidades de sociedades alheias, com padrões de vida muito mais avançados, que não correspondem aos anseios da imensa maioria da população.

Como os valores da civilização se difundem e replicam-se em sociedades alheias, levando, desta forma, as preocupações desse povo para longe de si mesmo? Essa crise de identidade é o ponto comum que levará Darcy Ribeiro e Celso Furtado a refletir sobre os efeitos de padrões viciosos de difusão da cultura dentro do processo histórico brasileiro. Ao olhar para a cultura brasileira, Furtado e Ribeiro atentarão ao conteúdo de deformação da sua imagem, ou seja, no desvio de identidade que impede a orientação do seu desenvolvimento para seus próprios interesses. A psicanalista Maria Rita Kehl muito apuradamente define:

Nas sociedades da periferia do capitalismo, que se modernizaram tomando como referência as revoluções industrial e burguesa sem, no entanto, realizar nem uma nem outra, a relação com os ideais passa forçosamente pela fantasia de “tornar-se um outro”. (...) O bovarismo dos países periféricos não favoreceu sua modernização; pelo contrário, sempre inibiu e obscureceu a busca de caminhos próprios, emancipatórios, capazes de resolver as contradições próprias de sua posição no cenário internacional – a começar pela dependência em relação aos países ricos. (KEHL, 2018: 23)

As razões desse bovarismo inerente, vetor da chamada aculturação, estariam nos arroubos de modernidade que começaram a difundir-se no Brasil através do consumo, pelo uso do excedente da empresa exportadora escravista. Junto com os produtos materiais da modernidade que invadiram o país, os ideais europeus duramente conquistados por sangrentas revoluções, aqui tomam forma de ideologias legitimadoras do progresso e da constituição de uma nação que se pretendia, ao mesmo tempo, independente e comprometida com um regime escravista. Tenta-se, portanto, plasmar um Estado Moderno sem alteração de velhas práticas sociais, perpetuando uma elite com poderes institucionais e jurídicos legitimados pelo estado, totalmente desinteressada e distante dos anseios públicos.

Ao longo das décadas de 60 e 70, anos de turbulência e exílio, os autores consolidaram ideias que tinham um papel de grande responsabilidade intelectual, ler o Brasil a partir de sua essência, tendo em vista todo o esvaziamento do debate histórico entre as lideranças políticas durante o regime militar, legitimadas por uma visão tecnocrática de desenvolvimento, como se esse fosse produto de uma variável econômica atrelada ao crescimento. Era evidente que o Brasil caminhava orientado por um norte que não era de interesse do seu próprio povo, priorizando uma modernização atropelada, vinculada a padrões de vida muito superiores aos seus, para buscar um tão almejado espaço nas economias de primeiro-mundo. No ideal ditatorial da “potência emergente”, vencer essa “etapa” de atraso era o que podia ser entendido como desenvolvimento. Em troca disso, ampliava-se profundamente a distância social entre a elite econômica e a grande maioria da população, privando esta última do acesso a essa modernidade e, muito antes dela, de ofertas básicas como a nutrição, habitação e alfabetização.

A necessidade de conceber uma nova hipótese de desenvolvimento para o Brasil, articulada pelo reencontro da vontade política com a cultura, iluminou tanto a obra de Celso Furtado quanto a de Darcy Ribeiro. A aproximação interdisciplinar que realizaram, encontrou nas ciências sociais a dinâmica da cultura como vetor das mudanças sociais. Os povos, quando elegem um campo de preocupação dominante dentro da sua cultura, canalizam a sua criatividade para ele, promovendo transformações em toda a sociedade. Nesse sentido, faz-se oportuna essa reflexão comum dos pensadores acerca do papel da cultura como realizadora da autonomia e da superação de barreiras de dependência, evidenciando uma complementaridade em suas teorias que, se não registrou diálogos publicados, encontra nesse trabalho espaço para ser vista sob um mesmo prisma.

Nos últimos anos, a temática da cultura para o estudo do desenvolvimento, especialmente oportuna, tem sido levantada ainda que timidamente. Na obra *O estruturalismo latino-americano* (2009), o economista uruguaio Octávio Rodriguez faz uma síntese de temas presentes em *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978) e *Cultura e desenvolvimento em época de crise* (1984), obras mais relevantes de Furtado para esse tema, revelando reflexões que serão caras a esse trabalho, como a crítica da subordinação da criatividade ao progresso técnico no marco da civilização industrial e a exposição do modelo de endogeneidade. Rodriguez destaca a singularidade da visão cultural de Furtado dentro do pensamento econômico, ampliando o debate do desenvolvimento para um ambiente interdisciplinar.

De semelhante iniciativa interdisciplinar nasceu o encontro “Celso Furtado e dimensão cultural do desenvolvimento”, organizado em 2011 pelo Centro Celso Furtado. O debate conjugava pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento para propor novas leituras da visão cultural de Furtado e acabou publicado em volume homônimo, em 2013¹. Sobretudo na sua dimensão cultural, a obra de Furtado deixou temas abertos que foram especialmente úteis para as diversas releituras propostas, que buscavam situar na atualidade um debate plural do desenvolvimento.

A obra de Ribeiro parece também suscitar bons frutos no presente. Buscando retomar o debate da dependência brasileira neste novo século, na reedição de Ribeiro (2019) será lembrado o seu exemplo de conjugação de uma intelligentsia revolucionária que nunca perdia de vista a práxis política. Miglievich-Ribeiro (2011), em sua perspectiva dos estudos pós-coloniais, ressaltará a sua singular crítica do processo colonial.

Dando continuidade a essas reflexões que resgatam Furtado e Ribeiro para atualidade, o objetivo desse trabalho centra-se no esforço de dimensionar a relevância do papel da cultura para elucidar o que faz do Brasil uma sociedade dependente. Destarte, propõe-se uma aproximação conceitual que se efetivará na sequência pela leitura da história sob a ótica da difusão da cultura, pondo em destaque como a assimilação dos valores materiais e imateriais da cultura estrangeira terão impacto nas mudanças ocorridas no processo histórico brasileiro.

Para isso, dividiremos o presente estudo em quatro etapas que serão consolidadas em capítulos. O primeiro deles é de natureza conceitual. As definições de cultura, criatividade, dependência, desenvolvimento e a relevante proximidade de ambos com o método culturalista

¹ Ver D'AGUIAR FURTADO, Rosa Freire (Org.). *Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2013.

da antropologia, o qual estuda as mudanças culturais de uma sociedade em uma perspectiva diacrônica, levando em conta a análise do tempo histórico em que estão inseridos. A partir da delimitação da cultura brasileira proposta por Ribeiro (1972, p.104), dividiremos a leitura histórica subsequente em três períodos temporais distintos.

O segundo capítulo diz respeito ao período colonial, responsável pelos processos formativos do povo e da cultura brasileira. O propósito da sociedade que se forma e a lógica com que se articula serão lidos através dos processos de interação cultural entre os povos que a constituem. Observaremos, a partir dessa síntese cultural *sui generis*, a formação das raízes da dependência cultural no Brasil que serão herdadas ao longo deste processo histórico.

O terceiro capítulo corresponde ao que Ribeiro identifica como período neocolonial, que coincide com a época do Brasil Império. Sendo este subsequente às profundas transformações da história europeia no final do século XVIII (as revoluções burguesa e industrial), os autores o observaram pela lógica da difusão da cultura que se formava no seio da civilização industrial, tendo a Inglaterra como potência dinâmica. À medida que o Brasil migrava de um modelo de dependência colonial para uma inserção neocolonial, pretende-se caracterizar como as mudanças do processo histórico brasileiro parecem ser desdobramentos reflexos desse novo formato de dependência.

O quarto capítulo representa o período nacional, onde o Brasil, já como república, procura, em pleno século XX, definir seu espaço na divisão internacional do trabalho. Nesse período, observaremos como, para os autores, as significantes alterações produtivas, marcadas pela industrialização do país, não seriam capazes de eliminar a dependência das economias centrais. Ademais, como o processo de difusão cultural atingiria o seu grau máximo pela modernização dos padrões de consumo restritos à classe dominante, consolidando neste período uma sociedade profundamente desigual.

Consideraremos, por fim, como a história brasileira confirma-se como um caso singular de dependência cultural. A consequência da marginalização de seu povo é inibir a expressão de sua cultura genuína em detrimento de assimilar culturas alheias. Obscurecer a cultura é, portanto, limitar a criatividade na busca por caminhos emancipatórios e orientar toda uma sociedade pelos interesses de uma minoria. O diálogo entre as ideias de Celso Furtado e Darcy Ribeiro pode, assim, elucidar entraves fundamentais ao nosso desenvolvimento.

CAPÍTULO 1 - CONCEITOS FUNDAMENTAIS

1.1. Darcy Ribeiro

1.1.1. Cultura como patrimônio

Darcy Ribeiro dedicou-se nos seus “Estudos da Antropologia da Civilização”² a desenvolver uma teoria geral na qual pudesse encaixar qualquer sociedade, extinta ou não, dentro da dinâmica da evolução sociocultural. Sua leitura das etapas dos processos civilizatórios parte de uma abordagem global para ir, pouco a pouco, se aproximando das Américas e, por fim, do Brasil. Foi um projeto de grande arrojo intelectual, buscando suprir a carência de um estudo de longo alcance que privilegiasse a cultura como elemento que apreende o modo de ser e viver dos povos. Desse modo, buscou na antropologia a sua definição:

Os antropólogos definem a cultura como a herança social de uma comunidade humana, representada pelo acervo coparticipado de modos estandardizados de adaptação à natureza para o provimento da subsistência, de normas e instituições reguladoras das relações sociais e de corpos de saber, de valores e de crenças com que explicam sua experiência, exprimem sua criatividade artística e se motivam para a ação. (RIBEIRO, 1972: 93)

Destrincha, nessa compreensão, três conteúdos da cultura:

O sistema adaptativo, que é o conjunto das formas de ação sobre a natureza para a produção das condições materiais de existência das sociedades. O sistema associativo, que é o conjunto de modos de organização das relações interpessoais para os efeitos da reprodução biológica, da produção e da distribuição de bens e da regulação do convívio social. E o sistema ideológico, que compreende as ideias e os sentimentos gerados no esforço por compreender a experiência coletiva e por justificar ou questionar a ordem social (RIBEIRO, 1972: 97, grifo do autor),

O autor entende, a partir do sistema ideológico, a cultura como representação simbólica da realidade, que em menor ou maior nível de complexidade dada pelos povos que a representam, é fruto da observação da ação humana, seus valores e crenças. Os valores ideológicos respondem às mudanças da cultura material ou, por vezes, influenciam ativamente na mudança destas. Em alguns casos, são capazes de conjugar formas de agir e pensar muito distintas e incoerentes, mas passíveis de existência.

² Ciclo de ensaios interdisciplinares sobre o desenvolvimento da civilização, com enfoque histórico-antropológico, dos quais integram: O Processo Civilizatório (1968), As Américas e a Civilização (1969), O Dilema da América Latina (1970), Os índios e a civilização (1971), Os Brasileiros: 1. Teoria do Brasil (1972).

Ribeiro (1972) nos mostra, portanto, que o sistema ideológico é fundamentalmente ambíguo. Por um lado, quer explicar a realidade que o cerca e, por outro, tende a mistificar e deformar essa realidade, seja por incapacidade de compreendê-la ou por necessidade da criação de símbolos de representação. Nele reside a concepção de cada povo sobre si mesmo em face dos demais, refletindo em assimetrias entre as dimensões de cada um sobre a realidade.

Quando a cultura de diferentes povos entra em contato, transmitem-se essas disparidades e promovem-se ajustes adaptativos que, por vezes, deformam o conteúdo da cultura original.

Ribeiro as cita e exemplifica:

Estas relações não são mecânicas, porém uma vez que admitem certas discrepâncias, tais como a difusão de uma religião originária de uma sociedade pastoril entre povos que têm modos de vida diversos; defasagens, como seja a persistência de atitudes coloniais num povo tornado autônomo; alienações, como a adoção por povos subjugados da ideologia de seus senhores; oposições, que chegam a ser flagrantes no caso de sociedades complexas, como a mentalidade senhorial e a popular, enquanto reflexos de condições de vida diversas e de interesses antagônicos. (RIBEIRO, 1972: 61, grifo do autor)

1.1.2. Criatividade e dependência

Ribeiro (1972), definindo a cultura como elemento dinâmico, investigou os fatores que produzem mudança cultural. O primeiro deles seria a criatividade interna. Através dela, os povos têm a capacidade da inovação e da descoberta, reproduzindo a cultura de modo autêntico.

A outra face da mudança cultural, que Ribeiro dá especial atenção, é o processo de transmissão ou difusão da cultura. O intercâmbio produzido pelos contatos e interações entre os povos foi designado na antropologia pelo conceito de aculturação (HERSKOVITS, 1938; BARNETT et al., 1954) e tem múltiplas definições, conforme as condições em que se processa.

A teoria antropológica difusionista dava especial atenção aos processos espontâneos de trocas culturais e limitava o termo aculturação a interações recíprocas, a exemplo dos contatos tribais. Mas foram os expoentes da teoria da aculturação, como Herskovits, que ressaltaram as interações entre povos com distintas condições de poder e técnica, a exemplo da colonização e ocidentalização dos povos nativos da América e da África. Nesse sentido, a aculturação se daria por um processo de interação contínuo, que poderia ser analisado pelo prisma da história.

Nos seus estudos do processo civilizatório, Ribeiro vai privilegiar esse conceito mais abrangente de aculturação formulado pelos culturalistas para avaliar as condições que essas interações se deram na história. Diz Herskovits (1938) que quando o contato se processa de

modo espontâneo, os povos podem intercambiar cultura privilegiados pela liberdade de se escolher o que adotar do patrimônio alheio e a capacidade de produzir por si mesmo esses novos elementos adotados. Quando esse contato se dá sob condições de poder ou grau de desenvolvimento técnico diferentes, não se satisfaz as duas condições anteriores, nem da liberdade do que adotar, nem da autonomia no processo criativo. Ribeiro define assim configuração de um processo de dependência.

Ele assim diferencia as “culturas espúrias” das “culturas autênticas” (SAPIR, 1949) uma vez que as primeiras sofrem da presença de assimetrias, possuindo “elementos de justificação de domínio exógeno” e deformação da imagem própria, enquanto as segundas possuem congruência entre o conteúdo cultural e os “interesses do desenvolvimento autônomo das sociedades que as detêm” (RIBEIRO, 1972: 100). Nessa configuração espúria, encaixam-se as sociedades que se formaram a partir da dominação cultural compulsória e perderam a capacidade de alinhar o desenvolvimento às necessidades de seu povo. Além disso, engajaram-se em espelhar culturas dominantes, marginalizando e minando a criatividade interna como resposta às próprias necessidades.

Ribeiro identifica de tal forma o processo cultural no Brasil como uma configuração espúria, uma vez que tem no empreendimento colonial a lógica da dominação que impossibilitou a expressão das culturas dominadas e as obrigou adotar costumes exógenos. A esse processo de desenraizamento, explicitado sobretudo nas relações coloniais com as matrizes culturais indígenas e africanas, se dá o processo de deculturação (BARNETT et al., 1954)³ a mais violenta forma de aculturação. Desses povos se retira o conteúdo cultural original, a língua, os valores, os costumes, desumanizando sua expressão. Depois, reumaniza-se integrando e adaptando aos novos valores da cultura dominante (língua, crenças, costumes).

Esse processo exige um esforço adaptativo muito grande, tal que já não mais restam as identidades originais dos povos “deculturados”, apenas fragmentos que são obrigados a viver em outra cultura. Por esse motivo, Darcy considera que muito brevemente se plasmam na sociedade brasileira motivos de miscigenação e deculturação: proto-células de etnias embrionárias. Povos novos que têm sua identidade prévia intencionalmente apagada ou esquecida e são obrigados a criar novos elementos culturais para satisfazer suas condições de existência. Essas novas etnias surgem desintegradas e em oposição. São na classe dominante a

³ Ribeiro atribui à esse ensaio o conceito de deculturação. Cabe aqui ressaltar que o processo a qual ele se refere recebe no texto original a definição de cultural disintegration, na página 986. Para a primeira menção acadêmica do termo deculturation, ver: SPIRO, M. E. The acculturation of American ethnic groups. *American Anthropologist*, v.57, 1955, p. 1245.

expressão dos defensores dos interesses colônias, embora já não sejam portugueses. Do outro lado, estão as camadas marginalizadas e “deculturadas”, as quais retêm fragmentos do patrimônio original.

Assim sendo, os conceitos de Darcy Ribeiro, tornam-se úteis para entender como se plasma a sociedade brasileira. O caráter espúrio de sua cultura, nascida da empresa colonial escravista, organizada em função de atender o mercado europeu:

Nessas condições, o Brasil nasce e cresce como um proletariado externo das sociedades europeias, destinado a contribuir para o preenchimento das condições de sobrevivência, de conforto e de riqueza destas. A classe dominante brasileira, em consequência, é chamada a exercer, desde o início, o papel de uma camada gerencial de interesses estrangeiros, mais atenta para as exigências destes do que para as condições de existência da população nacional. Não constituía, por isso, um estrato senhorial e erudito de uma sociedade autônoma, mas uma representação local, alienada, de outra sociedade, cuja cultura buscava mimetizar. Sua função era induzir a população a atender aos requisitos de feitoria produtora de gêneros tropicais e geradora de lucros exportáveis, bem como a desempenhar in situ, simulacros dos modos de vida europeus. (RIBEIRO, 1972: 107)

1.1.3. Desenvolvimento e evolução sociocultural

Teoria do Brasil (1972) é o volume desfecho para uma ampla abordagem da dinâmica sociocultural da humanidade. A gestação da sua perspectiva de desenvolvimento se dá no primeiro volume dos seus estudos antropológicos. Em O Processo Civilizatório (1968), dentro da concepção de evolução sociocultural, Ribeiro diferencia dois processos dinâmicos complementares, os de aceleração evolutiva e atualização histórica:

Por aceleração evolutiva, designamos os processos de desenvolvimento de sociedades que renovam autonomamente seu sistema produtivo e reformam suas instituições sociais no sentido da transição de um a outro modelo de formação sociocultural, como povos que existem para si mesmos. (RIBEIRO, 1968: 44).

Emprega-se o conceito de aceleração evolutiva para indicar os procedimentos diretos, de indução do progresso com a preservação da autonomia da sociedade que o experimenta; para “sociedades que experimentam uma revolução tecnológica com base na sua própria criatividade, ou na adoção completa e autárquica de inovações tecnológicas alcançadas por outras sociedades; ou, ainda, com base em ambas as fontes” (RIBEIRO, 1968: 45-46).

Por atraso histórico, entendemos o estado de sociedades cujo sistema adaptativo se funda numa tecnologia de mais baixo grau de eficácia produtiva do que o alcançado por sociedades contemporâneas. Por atualização ou incorporação histórica,

designamos os procedimentos pelos quais esses povos atrasados na história são engajados compulsoriamente em sistemas mais evoluídos tecnologicamente, com perda de sua autonomia ou mesmo com a sua destruição como entidade étnica. (RIBEIRO, 1968: 45).

Já a atualização histórica define a inserção subordinada de povos com menor grau de complexidade do progresso técnico em formações socioculturais estruturadas e em sistemas tecnologicamente mais complexos, implicando em efetiva perda de autonomia ou em sua destruição como entidade étnica, cultural e política. Nas palavras do autor: “corresponde à conscrição de povos estranhos por centros exógenos de dominação que os convertem em seus ‘proletariados externos’ destinados a produzir excedentes para a manutenção dos padrões de vida do núcleo cêntrico” (RIBEIRO, 1972: 54-55).

Ribeiro assim discerne dois polos de um mesmo conceito de desenvolvimento cabível na mesma civilização:

Dentro dessa concepção, os povos desenvolvidos e subdesenvolvidos do mundo moderno não se explicam como representações de etapas distintas e defasadas da evolução humana. Explicam-se, isto sim, como componentes interativos e mutuamente complementares de amplos sistemas de dominação tendentes a perpetuar suas posições relativas e suas relações simbióticas como polos de atraso e progresso de uma mesma civilização. No mundo contemporâneo, são desenvolvidas as sociedades que se integraram autonomamente na civilização de base industrial por aceleração evolutiva; e subdesenvolvidas são as que foram engajadas por atualização histórica como “proletariados externos”, destinados a preencher as condições de vida e de prosperidade dos povos desenvolvidos com os quais se relacionam. (RIBEIRO, 1968: 46).

No prefácio da mesma obra em uma edição posterior o autor resume: “O hoje dos povos avançados não é, pois, o nosso amanhã: nós e eles encarnamos posições opostas, mas coetâneas” (RIBEIRO, 1987: 22). O que a era concebido como progresso e atraso, Ribeiro definia como acelerações evolutivas e atualizações históricas, entendendo-as não como etapas distintas, mas como movimentos complementares e interdependentes na dialética da evolução sociocultural.

Trata-se de uma revisão clara do conceito de desenvolvimento como resposta única aos objetivos dos povos. Conduzir os povos ao mesmo modelo de desenvolvimento, a medida que suas necessidades são diferentes, só se permite por um sistema de dominação do que é prioritário para as sociedades com maior grau de autonomia e que se difunde progressivamente para as sociedades dependentes destas. Essa perspectiva guarda grande afinidade com a crítica ao “etapismo” no estudo do desenvolvimento que se consolidou na obra de Celso Furtado. Paralelamente, veremos seus conceitos fundamentais expostos a seguir.

1.2. Celso Furtado

1.2.1. Cultura como sistema

Desde a *Dialética do Desenvolvimento* (1964), Furtado indagou, dentro do espaço de estudo desse fenômeno, a necessidade de uma análise totalizante que transcendesse a lógica instrumental da eficácia produtiva que se consolidara nos anos anteriores. Recorreu à filosofia da história consolidada em Hegel e Marx, pondo em perspectiva o entendimento do tempo histórico como um processo e pela interação e contraposição dos seus conteúdos como um sistema, o movimento dialético:

A ideia de interdependência das distintas instituições existentes em uma determinada etapa histórica, formulada por Hegel, derivava-se da concepção totalizante da história. O esforço de Marx se dirigiu no sentido de identificação das forças primárias que, atuando dentro do todo, provocaram uma cadeia de reações sob cuja forma se apresenta o processo de desenvolvimento histórico. (FURTADO, 1964: 16)

A dialética constitui, portanto, um método de aproximação para o estudo do desenvolvimento, reposta orientada pelas necessidades históricas. O elemento principal dessa dinâmica será o seu conceito de cultura. No seu discurso de posse como Ministro da Cultura em 1986, Furtado definiu:

Cultura, para mim, é a dimensão qualitativa de tudo que cria o homem. E o que tem sentido profundo para o homem é sempre qualitativo. [...] O homem, com seu gênio criativo, dá significação às coisas, e são essas coisas impregnadas de significação que constituem a nossa cultura. Em seu esforço para enriquecer a própria vida e a sociedade em que está inserido, o homem cria cultura. Não esqueçamos que o homem é um ser em formação e que é por seu próprio esforço que ele avança nesse caminho. (FURTADO in D'AGUIAR FURTADO, 2012: 51)

O autor busca na sociologia e antropologia uma visão totalizante da cultura, que a entenda como um processo dialético. Em suas palavras: “Com efeito, ao colocarem-se os conceitos de cultura e de organização social no centro das preocupações da antropologia e sociologia, abriu-se caminho para concepções totalizantes afins com o pensamento dialético” (FURTADO, 1964: 17).

Furtado herda da definição do sociólogo William Ogburn em seu texto *Social change* (1922), a noção de cultura como herança social. Ademais, da sua visão dialética da cultura como um sistema de partes interdependentes. Esses conteúdos guardam coerência entre si, mas isolados não definem o todo. A interação entre essas esferas da cultura, cujas características

essenciais são a mudança e o enriquecimento permanentemente, definirá o processo de mudança social e será o campo de preocupação da antropologia. Explica Furtado:

Concebendo a cultura como um processo, em que surgem modificações em um fluir permanente, os antropólogos passaram a preocupar-se com os fatores responsáveis por essas mudanças, estudando em detalhe, para uma determinada cultura, os elementos mais sujeitos a mudança. Esses estudos tanto restabeleceram o interesse pelos aspectos históricos da herança social como levaram a uma compreensão mais aguda da interdependência entre os distintos elementos materiais e não materiais que integram uma cultura. Demais, a percepção dessa interdependência funcional levou à compreensão da cultura como um sistema. (FURTADO, 1964: 27)

O estudo de Ogburn divide a cultura em dois conteúdos mais bem delineados, os da cultura material e os da cultura não-material. Destaca ele que a interação entre esses elementos nem sempre é simétrica, uma vez que diferem quanto à intensidade de mudanças que imprimem na sociedade.

As taxas de mudança social não apenas diferem segundo as etapas do desenvolvimento social, mas também para as distintas partes da herança social. Essa herança pode dividir-se, para fins de análise, em objetivos materiais (incluindo os processos de produção, uso) e a cultura não-material, que inclui a organização social, a ciência, a arte, a filosofia, a música, a pintura, a escultura, a religião, a moral, os costumes etc. (...). As partes de nossa herança social estão intimamente correlacionadas, e quando uma parte se modifica, as que estão correlacionadas com ela também devem modificar-se (OGBURN apud FURTADO, 1964: 18)

1.2.2. Criatividade e excedente

Enquanto os elementos distintos de uma cultura estão mutuamente interligados, como explicar uma dinâmica desigual entre suas partes? Furtado ressalta que para isso é preciso entender que o seu fator de alteração reside no processo criativo. É ele que desestabiliza o sistema através da mudança em um de seus corpos e gera alterações nos demais, como forma de reequilibrá-lo:

As mudanças sociais têm sua explicação básica na introdução de inovações, que podem ter origem endógena na cultura, ou serem tomadas de empréstimos a outras culturas. Sabendo-se que os elementos básicos de uma cultura guardam entre si relações de interdependência, cabe admitir que a introdução de inovações em algum daqueles elementos tende a repercutir no conjunto, provocando uma série de reações. (FURTADO, 1964: 27)

A criatividade é a cisma de um estado de equilíbrio do sistema de cultura, que abre ao homem novas possibilidades de orientar seu destino. Por meio dela, o sistema de cultura é permanentemente enriquecido, porém, para que a energia criativa se realize, os membros de tal sociedade não podem simplesmente “reproduzir simplesmente suas estruturas tradicionais”. É preciso que essa sociedade tenha acesso um excedente que amplie “o campo do que é imediatamente possível” (FURTADO, 1978: 81). Explica o autor:

Ora, a emergência de um excedente adicional - consequência do intercâmbio com outros grupamentos humanos ou simplesmente do acesso a recursos naturais mais generosos - abre aos membros de uma sociedade um horizonte de opções. (...) O novo excedente constitui, portanto, um desafio à inventividade. (FURTADO, 1978: 81)

Furtado nos introduz aqui a sua noção de excedente, que será fundamental para entendermos a sua visão cultural de desenvolvimento. É preocupando-se essencialmente com a destinação dada a esses recursos adicionais, cuja canalização se dará pelo exercício da criatividade, que uma sociedade constitui o projeto de vida dos seus membros. Nas palavras do autor:

Portanto o que importa no conceito de excedente é a destinação final dos recursos, a qual está desligada da satisfação das necessidades constringentes e se abre sobre um horizonte de opções. É porque seu uso transcende as exigências básicas relacionadas com a reprodução da população, em certo contexto cultural, que estes recursos podem ser considerados excedentários. Visto de outro ângulo, o uso desses recursos traduz o projeto de vida da coletividade, a soma de todas as opções tomadas pelos indivíduos e grupos que participam de uma ou outra forma do sistema de dominação social. (FURTADO, 1980: 49-50)

Esse “projeto de vida da coletividade”, condicionado pelas mudanças sociais e postas em um horizonte temporal, é o que Furtado concebe como desenvolvimento:

Em sua dupla dimensão de força geradora de novo excedente e impulso criador de novos valores culturais, esse processo liberador de energias humanas constitui a fonte última do que entendemos por desenvolvimento. (FURTADO, 1978: 82)

Em Furtado (1984), vemos que o desenvolvimento é produto da criatividade humana nos dois grandes âmbitos da cultura: o material e o não-material. Nesse sentido, deve importar ao debate do desenvolvimento como a criatividade se expressa em cada um deles. No âmbito material, aporta o avanço técnico que amplia o raio de ação instrumental do homem; no âmbito

da cultura não-material, dá origem à ampliação do universo de valores assumidos pela comunidade.

Em síntese, a ciência do desenvolvimento preocupa-se com dois processos de criatividade. O primeiro diz respeito à técnica, ao empenho do homem de dotar-se de instrumentos, de aumentar sua capacidade de ação. O segundo refere-se à utilização última desses meios, aos valores que o homem adiciona ao seu patrimônio existencial. (FURTADO, 1984: 107)

Dito isso, voltamos ao questionamento: como conceber a que um âmbito da cultura pode imprimir maior intensidade de mudanças sobre a sociedade que o outro? Se a criatividade é o vetor dessas mudanças, parece fundamental entender que o processo criativo da cultura moderna foi subordinando-se mais à cultura material do que à sua contraparte não material.

Sendo a cultura um sistema interdependente, toda a modificação ocorrida com a aceleração tecnológica gera reações nas relações interpessoais, no aparato ideológico, em suma, nos valores da cultura não-material. Ogburn (1922) define essa assimetria pelo conceito de “defasagem cultural” (cultural lag), onde as partes não-materiais da cultura tendem a se ajustar como resposta às transformações da cultura material. Esse tema parece interessar Furtado, que cita as palavras de Ogburn:

Observações (...) parecem mostrar que as mudanças mais rápidas, nos tempos presentes, são as que ocorrem na cultura material e na ciência e as mudanças menos rápidas e menos numerosas são ocorridas nos demais aspectos não materiais da cultura. Assim, a base material e científica da cultura parece estar crescendo muito mais rapidamente que a parte não material. (OGBURN apud FURTADO, 1964: 18)

A aceleração do desenvolvimento da cultura material aproxima Furtado do trabalho de Herskovits (1945), antropólogo que defende a ideia de que as sociedades são movidas por um campo dominante da cultura, um “foco cultural” que tende a ser o cerne dinâmico das mudanças, repercutindo sobre todo o conjunto. Nas palavras de Furtado:

Os estudos de mudança social (...) têm levado quase sempre à mesma conclusão de que a dinâmica cultural decorre basicamente do comportamento particular de determinados setores. “Quando examinamos diferentes culturas, diz o Prof. M. J. Herskovits percebemos que elas diferem não apenas com respeito à sua forma externa, mas também no que respeita às preocupações dominantes de seus portadores.” A esse campo dominante, Herskovits chama de focus da cultura, para em seguida afirmar que “existe pouca dúvida que o focus cultural em nossa sociedade moderna reside no campo da tecnologia. (FURTADO, 1964: 19, grifo do autor)

1.2.3. Desenvolvimento e a transmutação de “meios” em “fins”

Esse direcionamento do desenvolvimento para a cultura material leva Furtado a investigar as raízes históricas dessa tendência da civilização industrial e será o traço mais distintivo da crítica civilizatória que o autor propõe. Nele, o universo de significação da cultura não-material torna-se elemento passivo do desenvolvimento material, que Furtado (1978) caracteriza como transmutação de meios em fins. Aqui usamos o trabalho do economista Octávio Rodriguez, que com grande lucidez nos explica essa relação:

Os meios inscritos na cultura material passam a ser vistos como os únicos fins possíveis ou relevantes, obscurecendo e debilitando ao extremo a ampliação do universo de valores, onde se situam os altos fins que dão sentido, enriquecendo-a, à existência humana. (RODRIGUEZ, 2009: 427)

É nesse retrato que se insere a veemente crítica da civilização industrial que orienta a sua concepção de desenvolvimento. “Como conceber a configuração que adquire a relação entre a cultura material e não-material no marco da chamada civilização industrial?” (RODRIGUEZ, 2009: 427).

Analogamente ao estudo dos processos civilizatórios de Darcy Ribeiro, Furtado (1978) monta um grande esquema histórico-analítico para observar os desdobramentos da difusão da civilização industrial a partir dos seus três principais vetores: a revolução burguesa, a revolução científica e a revolução industrial.

A primeira permitiu uma nova articulação dos sistemas produtivos europeus, baseados em critérios mercantis. Consolida-se a apropriação do excedente dentro da esfera da circulação (comercial) em cada vez maior escala. Surge, assim, uma classe de crescente poder político que refunda a base institucional daquela sociedade, articulando seus interesses aos do Estado. O principal produto da revolução burguesa que Furtado atentaré é da sua necessidade de ampliação dos mercados e expansão das fronteiras geográficas e econômicas da Europa no século XVI, iniciando, assim, o primeiro vetor de difusão da civilização.

O segundo e fundamental vetor é uma nova leitura da realidade que alcança o homem na mesma época. A revolução científica que conduz ao racionalismo, quiçá seja a maior quebra de paradigma da história da humanidade, levou ao entendimento do mundo exterior através de estruturas racionais, da legitimação do poder pela eficiência, da secularização da vida civil e, do que é mais relevante para esse estudo: da imposição da razão instrumental ao processo criativo.

Derivada desses dois vetores primários, que foram prova cabal da “ampliação do espaço em que age e pensa o indivíduo” (D’AGUIAR FURTADO, 2012: 35)⁴, fundou-se a mais acelerada transformação da cultura material que testemunhou o homem: a revolução industrial. A escalada tecnológica e o aumento da produtividade decorrente da divisão do trabalho, assentada na produção de bens de capital e de consumo, gestou mudanças institucionais, sócio-políticas e ideológicas. Mais do que tudo, ampliou a capacidade de difusão cultural a um nível nunca antes visto:

Esta dupla aceleração do progresso técnico – dupla porque se expressa, por um lado, em novos equipamentos e processos produtivos, e por outro, em novos bens de consumo – e a acumulação que nela se sustenta saem de controle com uma “descentralização de decisões(...) inerente à economia de mercado, (que) estimula e inclusive exacerba a iniciativa individual e, com esta, a inventividade pessoal” (Furtado, 1978, p. 164). E assim que “a criatividade alcança uma expansão fabulosa (...) em que os homens são expostos, em uma fração de suas vidas, a mais inovações do que conhecera a humanidade em toda a sua história anterior” (Furtado, 1978, p. 86). (RODRIGUEZ, 2009: 425).

Esses três vetores contemplados gestam consigo a civilização industrial. Nada mais escapa a lógica da racionalidade instrumental. Todos os aspectos da vida, a produção, a investigação científica, a criação artística e até mesmo a imagem que o homem faz de si mesmo, e que por sua vez legitima a estrutura sociopolítica pela eficiência das decisões, passam a ser subordinados a um cálculo racional. Nesse sentido, toda a criatividade foi direcionada para o progresso técnico, já que essas inovações tinham maior impacto na geração de excedente e, com isso, na acumulação. O desenvolvimento que, conforme vimos, guarda estreito vínculo com o uso do excedente, passa nesse momento a ser entendido por essa canalização da criatividade ao progresso técnico e, em última instância, servidor do processo de acumulação.

A grande lucidez de Furtado está em esclarecer a lógica dos fins e dos meios. A acumulação de um excedente é, em sua visão, o meio que abre um horizonte de opções: as possibilidades do desenvolvimento. Quando analisa a grande mudança cultural que representou a emergência da civilização industrial, Furtado dá especial atenção à ruptura do processo sincrônico no quadro da divisão social do trabalho, à medida que a acumulação passa a ser visualizada como um fim:

Na divisão social do trabalho de tipo sincrônico, ou seja, na especialização simples, o indivíduo tem uma percepção clara do processo produtivo em que está envolvido. O produto do seu trabalho liga-se diretamente aos fins que a sociedade se propõe. Para

⁴ Trata-se da conferência "Que somos?", pronunciada por Celso Furtado no I Encontro Nacional de Política Cultural, em Belo Horizonte, em 23 de abril de 1984.

ele, a racionalidade dos fins e a dos meios são dois aspectos de uma mesma coisa. (FURTADO, 1980: 57)

Com a segmentação do processo produtivo, constitui-se o processo diacrônico, que obscurece a visualização dos verdadeiros fins:

O avanço da técnica tende a dissociar os dois planos de racionalidade: uma parte crescente dos que trabalham não tem uma percepção clara dos fins últimos que persegue toda a equipe intertemporal, a qual pode estar constituída não de uma, mas de múltiplas fábricas. Dessa forma, no que respeita as grandes maiorias trabalhadoras, a criatividade voltada para os fins da vida do indivíduo tendeu a dissociar-se da prática da luta pelos meios de existência. (FURTADO, 1980: 58)

Nesse sentido, a criatividade passa a ser subordinada pela ansiedade do progresso técnico: o desejo de criar instrumentos para acumular mais e melhor, sem se ter em conta o motivo último dessa acumulação. O que constituía um meio, passa a ser visto como um fim.

1.3. Aproximação pela visão de cultura

À medida que seu olhar antropológico firmou-se na etnologia, Darcy Ribeiro buscou impor uma lógica da cultura aos processos históricos. Ele reconhecia, portanto, a importância do estudo do continuum que é o processo cultural, sua relação do passado da própria cultura com a diversidade de influências exógenas que são identificáveis em sua composição. Nesse sentido, para tentar explicar a cultura brasileira seria necessário realizar uma investigação da relação do presente com as influências formativas do seu passado. Nas palavras do autor: “Isto significa que atuam sobre a cultura fatores de persistência e de alteração de seu conteúdo que a cada momento se equilibram como respostas coletivas aos requisitos de sua sobrevivência” (RIBEIRO, 1972: 96).

Entender a importância da adoção desse método na leitura de Ribeiro será de suma importância para identificarmos uma aproximação com a história econômica que vai amadurecendo seu olhar cultural em Furtado. Ribeiro herda, nesse quesito, da antropologia culturalista nascida em Franz Boas⁵, a abordagem antropológica que privilegia a história. Para estruturar seu método em função dos processos civilizatórios, explica:

À luz da perspectiva dos mesmos processos civilizatórios, podem-se superar as limitações decorrentes ao tratamento dos problemas de dinâmica social no quadro das

⁵ Nascido na Alemanha em 1858 e radicado nos Estados Unidos, foi um dos pioneiros da antropologia norte-americana e considerado o fundador da vertente culturalista.

teorias de alcance médio (R. Merton 1957) e das posições funcionalistas, ambas predispostas a explicar os problemas socioculturais pela interação dos seus conteúdos presentes como se as sociedades não tivessem história, ou à base do pressuposto de que todos esses conteúdos têm iguais potencialidades determinativas. (RIBEIRO, 1968: 44)

A priorização da história no estudo das mudanças culturais foi tema de grande discussão do debate antropológico e opôs mais veementemente duas correntes: o funcionalismo britânico e o culturalismo norte-americano. Herskovits, adepto desta última, explica essa questão:

Os funcionalistas, que frisaram a integração da cultura, proclamavam que a tentativa de decifrar a evolução de um passado não registrado era aceitar um mandato baseado numa contradição nos termos (...) seus interesses concentravam-se mais no presente, na relação entre a cultura e o indivíduo tal como se podia observar agora. (HERSKOVITS, 1964: 269)

A abordagem funcionalista, cujo principal expoente foi o antropólogo Stanislaw Malinowski⁶ procurava aplicar uma lógica sincrônica, imediata, que prescindia de uma construção temporal, na tentativa de absorver a cultura de um povo em sua totalidade, integrando seus fatores sociais, psicológicos e biológicos. Tal abordagem estava mais preocupada em estudar a manifestação viva do presente de uma cultura. Herskovits reconhece a importância desse olhar integral, mas critica a pouca relevância dada ao conteúdo histórico:

Uma ciência da cultura deve, entretanto, ter em conta todos os modos de acesso a seu estudo. É básico o estudo das formas culturais, e são indispensáveis a análise da integração cultural e da psicologia da cultura. Sem a apreciação do significado do processo, no entanto, – isto é, da dinâmica cultural – esses estudos só conseguem uma trama de investigação truncada. É mais que um mero aforismo dizer que a mudança constitui uma das poucas constantes da existência humana. Porém, as mudanças efetuadas no decorrer do tempo dão significado a palavra “histórico”. Segue-se, portanto, que toda disciplina referente ao homem, que deixe de levar plenamente em conta o fator histórico, limita sua competência na medida em que negligencia um elemento fundamental da experiência. (HERSKOVITS, 1964: 269, grifos do autor)

Para Ribeiro, a história constitui um material de profunda importância, pois viabiliza que a análise crítica questione como um registro do passado dado tende a privilegiar a estrutura que a construiu. Nesse sentido, a análise histórica permite a elaboração de uma antítese à estrutura anteriormente explicada por ela.

Essa sua apreensão da realidade propõe uma antropologia dialética, capaz de abandonar a tendência de ler a história por uma narrativa dominante e privilegiar na cultura influências

⁶ Nascido na Polônia em 1884 e radicado na Inglaterra, o antropólogo é considerado fundador da escola funcionalista britânica.

que possam desobscurecer a compreensão de narrativas oprimidas pela história. Sua ideia era de desenhar uma perspectiva de evolução cultural, sem cair em uma abordagem determinista, revisando o que era concebido como atraso, progresso e desenvolvimento. Esclarece:

Pode-se, também, superar dois tipos de concepção da dinâmica social. Primeiro o que considera os povos dependentes como sobrevivências de etapas pretéritas da evolução humana. Segundo, o que confere às sociedades mais desenvolvidas a qualidade de términos do processo evolutivo, figurando-as como o modelo ideal de ordenação sociocultural para onde marchariam todos os povos. (RIBEIRO, 1968: 44)

A mesma intenção parecia orientar Furtado na importância que dava para inserção de uma visão histórica no debate do desenvolvimento. Parece plausível afirmar que essa preocupação existiu ao longo de toda a sua obra. Em particular, porém, evidenciou-se quando tiveram lugar os seus ensaios e debates sobre cultura e desenvolvimento na época da redemocratização, que vieram a culminar na sua indicação como Ministro da Cultura. Nesses debates, participaram outros nomes de relevância do debate cultural, dentre eles Darcy Ribeiro, o que evidencia que suas preocupações comuns foram postas em diálogo. Nas palavras de Furtado⁷:

Um intercâmbio de ideias sobre estes temas que tive com José Aparecido de Oliveira e Darcy Ribeiro, secretários de Cultura de dois estados (...) está na origem deste encontro sobre política cultural. (...) Meu ponto de vista é que esse debate deve ter como referência imediata a nossa história. (...) Sou de opinião que a reflexão sobre a cultura brasileira deve ser o ponto de partida para o debate sobre as opções de desenvolvimento. É porque a abordagem da problemática do desenvolvimento não se tem beneficiado de prévia reflexão sobre nossa cultura que nos confrontamos com montagens conceptuais sem raízes em nossa história, nos diagnósticos da situação presente e em nossos ensaios prospectivos. (FURTADO in D'AGUIAR FURTADO, 2012: 34)

Furtado evidencia uma crítica ao “economicismo” que predominava no debate sobre o desenvolvimento. A ortodoxia econômica vigente na época reforçava os aspectos de legitimação do crescimento pela eficiência, em detrimento de um Brasil que aprofundava rapidamente a sua desigualdade. Isso levaria o autor a privilegiar a interdisciplinaridade na discussão do desenvolvimento.

Em suas viagens acadêmicas, o autor conheceu pessoalmente o antropólogo Melville Herskovits, que o aproximou do estudo da difusão cultural e seria uma influência para essa fase de sua obra. Registrou:

⁷ Novamente trata-se da conferência “Que somos?” (1984), citada anteriormente.

A exemplo de outros antropólogos de sua geração, ele se inclinava a sobrepor uma “lógica da cultura” à história, o que o levava a ver na inovação (e na descoberta) mais uma resposta do que uma mutação. Estava longe de deslizar para o determinismo cultural, mas dava ênfase à preexistência de uma “base cultural”, sem o que a inovação não seria absorvida e tampouco a mudança cultural se apresentaria ordenada. (FURTADO, 1985: 92)

Enquanto reconhece a cultura como uma herança social, Herskovits mostra que o seu desenvolvimento depende das características preexistentes na sua história, o que torna as condições impostas pela cultura a serem mais permanentes, quanto mais rígidas se impuserem. Uma sociedade em que a desigualdade é perpetuada pela cultura, encontra muito mais resistência em superá-la:

Do mesmo ponto de vista, assegurava que a difusão também seguia uma linha de menor resistência, de alinhamento com respeito à orientação preexistente. No caso de uma sociedade de classes, com cortes culturais nítidos, o processo de difusão interna de valores dar-se-ia nas mesmas linhas. O professor Herskovits seguia Ralph Linton em sua ideia de que as culturas têm uma área de preocupação dominante, de máxima percepção, cujo estudo é essencial para sua dinâmica. (FURTADO, 1985: 92)

Esse contorno parecia nitidamente delinear respostas para a realidade histórica brasileira. Demais, permitia situar para que área de preocupação a cultura brasileira foi deslocada, conduzindo aos nossos circuitos de dependência, reproduzidos interna e externamente:

A corrente dominante da cultura brasileira teve sua área focal crescentemente deslocada para a inovação tecnológica, principalmente através de empréstimos a outras culturas. Essa dicotomia de orientação na área de percepção mais aguda da cultura não podia ser ignorada. Para pensar o Brasil era necessário começar pela antropologia. (FURTADO, 1985: 93)

A aproximação de Celso Furtado com a antropologia encontra em Darcy Ribeiro um contemporâneo expoente brasileiro. Ambos apresentam leituras semelhantes em momentos igualmente próximos, no esforço de enriquecer períodos de intensa desilusão e ansiedade da história brasileira. Sedimentam importantes revisões conceituais no que tange a cultura, criatividade, dependência e desenvolvimento. Recorrem à antropologia para observar como a mudança social é explicada pelo processo de difusão dos sistemas de cultura.

Por essa ótica, pode-se estudar como o Brasil incorreu em circuito de dependência que permitiu sua modernização sem consolidar meios de engajamento autônomos na civilização que se estabelecia. Nos capítulos seguintes, faremos uso dos conceitos fundamentais

observados para analisar, para ambos os autores, como se processaram os vínculos de dependência pela difusão da cultura no processo histórico brasileiro.

CAPÍTULO 2 – A HERANÇA COLONIAL

Em Furtado (1984), vemos que o quadro formativo da história do Brasil se inscreve no contexto de excepcional amplitude da mundialização da civilização europeia. Esse singular período que a Europa transita entre dois sistemas de certeza (ou sistemas ideológicos, para Ribeiro): o da fé e o do conhecimento científico.

A grande tensão, resultante do choque entre esses valores, estimula a audácia e o espírito da fortuna que leva o homem em busca do desconhecido. Furtado define: “A cultura brasileira é um dos múltiplos frutos desse processo de mundialização do desdobramento geográfico da civilização europeia” (FURTADO, 1984: 17). Isso porque o vetor desse movimento, pioneiro da expansão da fronteira mercantil e agrícola, é Portugal.

Darcy Ribeiro insere esse movimento da nação lusitana dentro do contexto da revolução mercantil, que conectou a Europa a áreas remotas do planeta pelo comércio:

Esse complexo do poderio português vinha sendo ativado, nas últimas décadas, pelas energias transformadoras da revolução mercantil, fundada especialmente na nova tecnologia, concentrada na nau oceânica, com suas novas velas de mar alto, seu leme fixo, sua bússola, seu astrolábio e, sobretudo, seu conjunto de canhões de guerra. (...) Suas ciências eram um esforço de concatenar com um saber a experiência que ia acumulando. E, sobretudo, fazer praticar esse conhecimento para descobrir qualquer terra achável, a fim de a todo mundo estruturar num mundo só. (RIBEIRO, 1995: 38)

O ponto de partida da compreensão histórica de ambos os autores está em inferir que o processo que formará o território brasileiro desde o seu início caracteriza-se por uma dinâmica que transborda suas fronteiras. Seria impossível para eles conceberem a sociedade que se plasma aqui sem compreender os seus movimentos reflexos da mundialização da cultura europeia.

O que se pretende é observar como, a partir da expansão da civilização europeia, formou-se aqui uma sociedade permanentemente reativa aos condicionamentos desta última, constituindo padrões de dependência que persistiram na sociedade brasileira e se reproduziram na história por meio da difusão cultural.

Exploraremos, portanto, os fatores que são apontados nas obras de Furtado e Ribeiro como ingredientes da formação e dinâmica da cultura brasileira. Como influenciaram no sentido do Brasil, desde a colônia e permaneceram vigentes na nação que seu formou. Demais, para elucidar como esses fatores se articularam como vicissitudes do nosso processo de desenvolvimento.

2.1. Antecedentes da expansão portuguesa

O processo de mundialização da cultura europeia foi inaugurado pela atividade dos países ibéricos. Destes, o primeiro a conquistar as condições ideais para tal empreendimento foi Portugal. Tendo em mente a natureza da colônia que se forma no Brasil, Furtado avalia certos traços peculiares da cultura portuguesa:

A análise da economia colonial é tão importante para a compreensão da atual sociedade brasileira quanto a da formação histórica de Portugal para compreender-se a razão de ser das grandes expedições e o sentido que tomou a empresa de colonização. (FURTADO, 2001: 39)⁸

Essa relação que propõe Furtado é evidente: se estamos interessados no papel formativo desempenhado pelo povo português na história do Brasil, igualmente importante serão os traços formativos do povo português para entender nosso processo.

O primeiro traço relevante do povo lusitano que Furtado destaca é a característica mercantil da sua economia. O intercâmbio secular com a atividade árabe do mediterrâneo que controlou por sete séculos o sul da península ibérica da Europa, impediu naquela região o isolamento cultural característico do feudalismo. Resulta daí que a atividade mercantil, lucrativa e individualista, está presente desde a gênese da formação do reino português. As classes mercantis que se desenvolveram fora do espectro feudal, em constante contato com o elemento estrangeiro (especialmente judeu e mouro) prescindem da ordem jurídica e moral da velha sociedade europeia. Esse quadro cultural emerge como um elemento disruptivo do poder senhorial dos homens da terra, onde não há lógica de circulação da riqueza.

Há, portanto, um segundo elemento característico em questão: o forte sentimento de identificação do espírito da burguesia com a independência do domínio de Castela. Emanado dos grandes aglomerados portuários e urbanos de Portugal, o Porto e Lisboa, em detrimento do território rural, que na ausência de uma dinâmica feudal tendeu a concentrar-se em grandes latifúndios. É apoiada na burguesia mercantil, rejeitando o poder senhorial de Castela, que o reino portugalense se unifica.

Tendo sido o homem de espírito mercantil, responsável pela independência do reino português, o emergente estado monárquico passa a atender desde sua formação a essa ascendente classe burguesa. Esse será o elemento característico definitivo do reino lusitano: a aliança íntima entre monarquia e burguesia, que produzirá o primeiro “estado nacional

⁸ Edição traduzida da tese de doutorado que Celso Furtado defendeu na Universidade de Paris, em 1948.

mercantil” da Europa. A predominante e poderosa classe burguesa lusitana empresará as navegações e terá profundo impacto no sentido da colonização no Brasil. Tenhamos esse elemento em mente para apreciação posterior.

2.2. O sentido privado da colonização

A partir de Furtado (2001), observamos que a formação do precoce estado mercantil português permitiu grandes avanços no campo da ciência das navegações, da tecnologia das embarcações e da cartografia. A expansão marítima, expressão do pioneirismo lusitano, encontrou o apoio institucional do estado português e, apesar de enfrentar a resistência dos valores da cristandade da época, permitiu que o ímpeto de expansão da fé católica da Igreja a avalizasse, carregando, assim, o desejo da expansão mercantil. A união destes dois objetivos levará Ribeiro (1972) a falar de um projeto mercantil-salvacionista, um duplo sentido institucional que seria de fundamental importância para a autonomia da burguesia lusitana em seus intentos no novo-mundo.

O empreendimento marítimo português, em pouco tempo, estabeleceu entrepostos comerciais ao longo da costa africana, oriente médio e Índias Orientais. A segunda expedição às Índias aportou em território brasileiro e logo nas primeiras três décadas, por intermédio da iniciativa privada, iniciou a atividade comercial extrativista do pau-brasil. Embora menos lucrativo que o comércio das especiarias do oriente, o monopólio lusitano da madeira vermelha logo despertou o interesse de outras nações e exigiu a iniciativa da coroa portuguesa de ocupação territorial das terras. Iniciou-se assim o projeto colonial do Brasil.

Não obstante ao monopólio da extração e comercialização que a coroa concedia a esses comerciantes privados, a predominante burguesia portuguesa recebeu da coroa os direitos de propriedade das terras brasileiras, visando seu aproveitamento agrícola, bem como ilimitado poder institucional e jurídico. Se há algo a ser sublinhado na constituição da colônia no Brasil é o seu sentido de empresa privada. Furtado usa a obra de Freyre (2003), para confirmar essa definição:

Tudo deixou-se, porém, à iniciativa particular. Os gastos de instalação. Os encargos de defesa militar da colônia. Mas também os privilégios de mando e de jurisdição sobre terras enormes. (...) A atitude da Coroa vê-se claramente qual era: povoar sem ônus os ermos da América. (FREYRE, 2003: 324)

Esse modelo jurídico-institucional privado, que atende a funções públicas, serviu de inspiração para a criação das Companhias de comércio inglesas e holandesas. Portugal buscava então garantir a proteção de suas fronteiras e adicionalmente inaugurar o primeiro projeto de produção agrícola da América.

2.3. A unidade produtora

Outro fundamental elemento de constituição da sociedade colonial será o modelo de produção instituído no Brasil. Furtado (2001) mostra como ele foi decisivo para a constituição da cultura e sociedade em formação. Para explicar a formação desse modelo, o autor mostra como a coroa portuguesa buscava justificar a valia econômica para as terras brasileiras. Primeiro, porque sua grandiosa extensão certamente abrigava riquezas (o ouro, sem dúvida a mais esperada). Segundo, porque era território de cobiça das coroas rivais, que buscavam afirmar posições. No mundo mercantil, a guerra comercial ensejava a guerra armada.

Para isso pretendeu-se criar aqui um regime de produção que valesse os altos custos de ocupação e defesa das terras. Só o cultivo extensivo e especializado de um produto tropical, escasso e de grande valor comercial satisfaria a ambição mercantilista. O estado se resumia ao papel de defensor externo e de cobrador do tributo monopolista. Ao empresário da terra, cabia todo o restante. Através das donatárias, grandes territórios concedidos aos senhores, Portugal buscava atrair os investidores mais poderosos de seu reino que desejassem fazer fortuna.

Não conseguiu trazer os mais abastados, que naquele momento davam preferência ao comércio de especiarias e foram avessos ao risco. Ainda assim, atraiu burgueses ambiciosos, que tomaram crédito para estabelecer-se na terra e construir os engenhos. O negócio precisava, portanto, ter margens expressivas de lucros e explorar gêneros de alto valor comercial. Requeriam o máximo da produtividade que se podia extrair da terra e do homem.

Furtado recorre a Caio Prado Jr. em *Formação do Brasil Contemporâneo*, para sublinhar tal característica:

A agricultura tropical tem por objetivo único a produção de certos gêneros de grande valor comercial e por isso altamente lucrativos. Não é com outro fim que se enceta, e não fossem tais as perspectivas, certamente não seria tentada ou logo pereceria. (PRADO JÚNIOR, 1987: 121)

O açúcar, por ter alto valor e escassez na Europa e já haver tido o êxito português na Madeira, foi escolhido como produto do engenho. Pelas razões de máxima lucratividade

citadas, a monocultura de exportação foi adotada como modelo de produção. Indissociáveis a tal modelo estariam o latifúndio, como formato de propriedade e o trabalho escravo, como a mão de obra.

A importância desse regime para a dinâmica da sociedade colonial a que vai atentar o autor é extraordinária. Em sua base se sustentam as ordenações econômica, política, jurídica e social da vida colonial.

Uma vez formada uma sociedade com propósitos bem definidos, buscará a classe senhorial que estrutura o projeto colonial realocar recursos, em seu sentido de maior espoliação, para garantir melhor utilidade à exploração das terras brasileiras. Não satisfeito com a produtividade do escravo indígena, o colono o substitui por um enorme contingente de escravos africanos, o que rendia outro lucrativo comércio para a coroa, o tráfico negreiro. Inaugura, portanto, um quadro de imobilidade social pautado pela divisão do trabalho que ali se constitui:

Seria a divisão do trabalho dentro dessa unidade de produção que condicionaria a evolução do grupo social. De um lado constitui-se uma massa amorfa, sem quaisquer direitos, e reduzida à condição de gado humano - eram os escravos. De outro lado, se agiganta a posição do senhor absoluto, proprietário da terra, dos meios de produção e dos homens. Ao redor deste, se agregavam outros elementos juridicamente livres, seus servidores ou assalariados, aí incluídas as próprias autoridades religiosas. (FURTADO, 2001: 132)

Veremos com maior atenção como funcionará essa dinâmica social na próxima seção.

2.4. A aculturação

Nos seus ensaios sobre a antropologia da civilização, a dinâmica cultural dos povos é o objeto de estudo de Darcy Ribeiro. As rupturas responsáveis por deslocar o equilíbrio da cultura e trazer consigo novos paradigmas adaptativos, associativos e ideológicos são vistas dentro de períodos de intensas transformações na cultura de um povo, caracterizado pelo autor como processos civilizatórios. Para Ribeiro, os processos que marcadamente constituem essas rupturas são as revoluções tecnológicas.

Ribeiro distingue duas vias dos processos civilizatórios. Os povos que são o cerne dinamizador dessas rupturas ou ainda, os que se integram nele autonomamente, seguem pela via da aceleração evolutiva, conhecendo uma reordenação social intensa fruto de transformações na base técnica. Porém, os desdobramentos de um processo civilizatório se operam por uma via complementar. Em sua expansão, tais processos exercem dominação sobre

sociedades que vivem outros paradigmas culturais. A elas, as transformações são impostas, independente do conteúdo cultural autônomo que detenham. Essa é a via da atualização histórica. Ribeiro explica:

Procuramos relacionar de modo causal transformações prodigiosas nos modos de produção (revoluções tecnológicas) com o surgimento de novas formações socioeconômicas e com a expansão destas por áreas cada vez mais amplas através de sucessivos processos civilizatórios. Nesta expansão, tanto se constituem núcleos pioneiros, integrados na nova técnica, como se criam vastos contextos de dominação sobre povos estranhos, cada vez mais longínquos. Estes não experimentam o processo civilizatório desencadeado pela revolução tecnológica como uma ascensão de uma a outra etapa da evolução humana, mas como dominação despótica que os priva de sua autonomia e só lhes permite conhecer parcialmente a nova tecnologia. (RIBEIRO, 1972: 54, grifo nosso)

O processo civilizatório que nos atentamos aqui é o desdobramento da revolução mercantil, a sua expansão planetária através das linhas de navegação transatlânticas. Nesse contexto particular, sob a dominação de um modelo civilizatório sobre sociedades que viviam outros paradigmas culturais, forma-se o Brasil colonial. Nas palavras do autor:

Foi o que sucedeu com os grupos indígenas americanos bem como com os negros trasladados da África para servirem de escravos nas minas e plantações das Américas. Uns e outros experimentaram uma atualização histórica que os incorporou à primeira civilização de âmbito mundial, servida, por uma tecnologia mais alta, mas da qual apenas participavam como carvão humano. (RIBEIRO, 1972: 55)

Os transtornos culturais da atualização histórica brasileira se processaram na colônia pelo mecanismo da aculturação. O contato cultural entre povos de condições desiguais de poder e técnica configuraram, destarte, vínculos viciosos de dependência.

No âmbito do poder, esse mecanismo operou de cima para baixo. Primeiro constituiu uma elite aculturada, cujos valores permanecem artificialmente realimentados pelo contato permanente com a matriz original. Nesse caso, a formação de uma classe dominante brasileira cujo propósito era atender a Europa e dela se alimentar. Depois, na sua dimensão violenta, a disseminação moral, religiosa, social, sexual desses valores nas classes dominadas, retirando delas seu conteúdo original, processo conhecido como deculturação (BARNETT, 1953).

Alguns desses processos aculturativos nos serão caros, pois nos permitirão ver como a interação cultural espoliativa, decorrente de um processo de atualização histórica, acabou por plasmar a sociedade brasileira colonial e de como ela pôde persistir e se perpetuar no decorrer da história. Como ambos os autores falam em aculturação, não será difícil aproximá-los

evidenciando certa complementaridade de visões. Abordaremos, em sequência, esses processos com maior detalhe.

2.4.1. Elite aculturada

Definido o seu propósito, o de colônia exportadora de gêneros tropicais, a sociedade aqui se constitui pela dinâmica da aculturação. Isso parte da própria constituição de uma variante tropical da metrópole lusitana. Para Ribeiro, o esforço de transplantar aqui uma extensão da nação portuguesa, se existiu, fracassou retumbantemente:

É certo que a colonização do Brasil se fez como esforço persistente, teimoso, de implantar aqui uma europeidade adaptada nesses trópicos e encarnada nessas mestiçagens. Mas esbarrou, sempre, com a resistência birrenta da natureza e com os caprichos da história, que nos fez a nós mesmos, apesar daqueles desígnios, tal qual somos, tão opostos a branquitudes e civilidades, tão interiorizadamente deseuropeus como desíndios e desafros. (RIBEIRO, 1995: 70)

Atuaria no plano adaptativo, a adequação a outras condições de natureza, substituindo a homogênea e temperada Portugal, por uma infundável terra de múltiplas vegetações e clima tropical. No plano associativo, substituir-se-ia as relações mercantis de ambicioso burgueses das urbes portuguesas, pela condição de exploradores de nativos, senhores de escravos, proprietários rurais de engenhos. Transpor-se-ia, ainda, no plano ideológico, o árduo e limitador quadro religioso europeu do Santo Ofício, para ter lugar uma sociedade de fortuna e dominância do poder sobre a moral.

Formava-se uma classe dirigente “deseuropeizada”, pronta para empreender o projeto colonial, num esforço contínuo de dominar a sociedade que lhe cabia organizar, “desafricanizar” o negro e “desindianizar” o tupi, sem, contudo, no seu afã de ser europeia, perceber-se uma cultura constitutivamente nova.

Paralelamente, Furtado (2001) observa que na rígida sociedade colonial, consolida-se uma classe dirigente com poderes imperiais, sem perder seu sentido de empresariado privado. A dinâmica colonial transfiguraria o português numa nova figura, dominadora do projeto colonial. O senhor de engenho plasma-se no Brasil pela assimilação dos seus privilégios dentro da dinâmica social e pelo exercício do seu poder ilimitado na organização espoliativa da extração de riqueza. A nova sociedade colonial nada tem a ver com o dinamismo da burguesia

portuguesa. A riqueza extraída do engenho não gerava dinâmica econômica interna e nem assim se pretendia. Furtado destaca:

Há a considerar, portanto, que a colônia agrícola, que foi então criada no Brasil, não constituiria um fim em si mesma. O objetivo da Coroa portuguesa era criar mais um produtor para alimentar o comércio do Reino. A produção da Colônia não seria consumida por ela mesma, e nem sequer em Portugal. Seguia exportada para a Europa. (FURTADO, 2001: 89, grifo nosso)

O sentido da empresa agrícola era voltar-se para fora. A classe senhorial era, em última instância, reduzida a condição de intermediária da geração de riqueza da metrópole. E a metrópole portuguesa, por sua vez, intermediária da distribuição de riqueza na Europa. “Dessa forma, os lusitanos permaneceram no estado em que os havia deixado a feliz descoberta do caminho marítimo das Índias: reduzidos a viver como intermediários, feitores da Europa” (FURTADO, 2001: 104).

Nessa perspectiva, forma-se aqui uma sociedade que não vive para si. Já não é mais portuguesa, mas procura avidamente reidentificar-se com ela. Sua finalidade é prover a demanda de um produto escasso e desejado para outros. A importância desse perfil externo da classe senhorial na dinâmica histórica do Brasil será gigantesca.

Na sua leitura da preponderância da cultura europeia no Brasil, Furtado (1984) atenta para o fato de que aculturação motriz de toda a dinâmica cultural partia da própria elite. O desejo imperioso de “tornar-se outro”, cega para as reais necessidades da sociedade aqui formada, dificultaria permanentemente a busca por caminhos emancipatórios:

A apropriação e a exploração das terras brasileiras fizeram-se no quadro de empresas agrícolas voltadas para a exportação. Contudo, as atividades mercantis, que comandavam todo o processo econômico, permaneceram mediatizadas por agentes metropolitanos, o que impedirá a formação no País de uma classe comerciante com consciência de seus interesses específicos e capaz de disputar uma esfera de poder. (FURTADO, 1984: 20)

Será esse permanente contato com o sistema de cultura europeu, através do comércio com a metrópole que manterá a nossa elite alimentada pela cultura europeia. Esse fator será decisivo para estabelecer o predomínio dessa cultura sobre as demais no solo brasileiro:

O decisivo esteve em que os portugueses não somente partiram de técnicas mais avançadas, mas continuavam a alimentar-se de suas fontes culturais europeias. Ora, os aborígenes e os africanos haviam sido isolados de duas matrizes culturais respectivas e, ao serem posteriormente privados das próprias línguas, perdiam o senso da identidade cultural. (FURTADO, 1984: 20)

O desejo da “europeidade” se concretizava na elite senhorial por dois caminhos. O primeiro, como já se observou, pela vocação de produzir para suprir a necessidade do mercado europeu. O segundo, e não menos importante, pelo uso da riqueza dessa produção para consumir o que vinha de fora:

A fração líquida dessa riqueza, que ficava na colônia, era paga, em última análise, com produtos manufaturados na Inglaterra, quando não com alimentos exportados da Europa e que tanto faziam falta na terra deformada pela monocultura. (FURTADO, 2001: 105)

Essa dinâmica de utilização do excedente será tão permanente que percorrerá o tempo histórico brasileiro e será motivo de debate dentro do estudo que Furtado empreenderá sobre o desenvolvimento. O autor dá especial destaque para o uso do excedente como orientador do desenvolvimento de um povo. Na célula colonial, vemos como a vocação externa aprofundava os transtornos daquela sociedade, introduzindo padrões viciosos em sua dinâmica. Dentre eles, pode-se observar:

- A escassez de alimentos, derivada da inexistência do pequeno produtor e da limitada oferta de plantio de subsistência em relação à extensão da monocultura: “A carência de alimentos marcará toda a vida colonial. (...) Os alimentos serão, quando possível, importados” (FURTADO, 2001: 120).
- A vulnerabilidade econômica da economia primário-exportadora:

Ela conserva o país numa íntima dependência com um comércio que se opera fora de suas fronteiras. Essa dependência é tão mais grave quanto se efetiva através de um único produto cujas oscilações de preço se projetarão profundamente na economia do país colonial (FURTADO, 2001: 121)

- O atrofiamento do trabalho assalariado pela adoção da mão de obra escrava, paralisando a circulação de alguma riqueza fora da monocultura:

Por toda parte onde há um trabalho a ser realizado aparece a figura do escravo, que vai (...) invadindo mesmo aquelas atividades artesanais antes atribuídas a elementos europeus. O trabalho livre recua diante do trabalho escravo. E, progressivamente, trabalhar vai se tornando uma coisa indigna para um homem livre. Ninguém quer se confundir socialmente com o escravo e a maior característica do escravo é o trabalho. (FURTADO, 2001: 127)

Se por um lado, exercendo sua vocação exportadora, o Brasil alimentava artificialmente sua “europeidade”, por outro, através da violenta dinâmica colonial, subjugava e destruía as culturas formadoras de seu povo. A deculturação, braço violento da aculturação, também terá

papel decisivo em ocultar a identidade brasileira enquanto gente não-europeia e marginalizar os anseios e necessidades do povo que aqui se forma.

Darcy Ribeiro, em *O Povo Brasileiro* (1995) investiga os elementos que contribuíram para a descaracterização das matrizes germinais da etnicidade brasileira: indígena e africana. Esses processos, de caráter genocida ou etnocida, conduziram implacavelmente a uma desidentificação do povo com as suas raízes culturais marginalizadas. Cabe ressaltar aqui como operaram esses mecanismos de deculturação no processo colonial.

2.4.2. O cunhadismo

O europeu estabeleceu-se dentro do seio da terra brasileira a partir do primeiro contato com o indígena. Por meio de um traço cultural característico da dinâmica social indígena, abriu-se o caminho para a gestação do povo brasileiro. Esse traço consiste no “cunhadismo”, hábito social indígena de “incorporar estranhos à sua comunidade” (RIBEIRO, 1995: 81).

Ribeiro (1995) explica que através do casamento com a mulher indígena, o colono estabelecia vínculos de parentesco com os demais membros da comunidade. Todos da geração de sua esposa eram tidos como cunhados e não havia obrigação monogâmica entre estes. Da geração de seus sogros todos eram considerados como pais e, portanto, evitáveis do ponto de vista reprodutivo.

Abre-se caminho para uma indiscriminada miscigenação e penetração do europeu no seio da comunidade indígena. Mais que isso, pôde-se usufruir do conhecimento do homem da nativo da terra brasileira para explorar territórios, combater tribos inimigas, forçá-las ao trabalho escravo e, pouco a pouco, desmembrar seus domínios territoriais.

Inúmeros são os exemplos históricos dessa dinâmica: estabeleceu-se em São Paulo com João Ramalho, em aliança com os tupiniquins. Na Bahia, na aliança de Caramuru e os tupinambás. Em Pernambuco, Jeronimo de Albuquerque com os Tabajaras. Foi também estratégia de disputa entre nações: os franceses se estabeleceram com os Tamoios no Rio de Janeiro, Potiguaras na Paraíba e Caetés do Pernambuco para penetrar no mercado extrativista e dominar territórios portugueses.

O cunhadismo abriu caminho para a ampla povoação dos territórios costeiros. Ao mesmo tempo, tal prática trouxe doenças que devastaram populações inteiras de nativos. Este efeito colateral desagradava aos missionários e despertava a preocupação da coroa com a proteção da terra. Contribuiu, assim, para a decisão de implantação do sistema de donatarias,

que teve os caminhos da exploração da terra, do extermínio e da escravização dos nativos brasileiros, facilitados para os colonos. Sustentou a condenação e degradação da cultura indígena e gestou consigo as primeiras gerações de brasilíndios, que não se reconheceriam nas tradições tribais nem seriam aceitos por seus progenitores portugueses.

2.4.3. O salvacionismo

Sobre as bases de um projeto colonial espoliador, operava, paralelamente, mas não menos integrado, um projeto missionário jesuítico de expansão da fé católica. Ribeiro (1995) observa como que este processo foi fundamental para a desindianização e como suporte ao projeto colonial. A intenção jesuítica era criar uma nova sociedade a partir da universalização da cristandade e o salvacionismo das almas pagãs. Na prática, funcionou como aliciador do elemento indígena para o trabalho escravo, provocando o desmembramento de suas comunidades, o genocídio através do contato com as doenças europeias e do etnocídio, a partir da retirada do índio de sua base social, linguística e religiosa:

Sobre esses índios assombrados com o que lhes sucedia é que caiu a pregação missionária, como um flagelo. Com ela, os índios souberam que era por culpa sua, de sua iniquidade, de seus pecados, que o bom deus do céu caíra sobre eles, como um cão selvagem, ameaçando lançá-los para sempre nos infernos. O bem e o mal, a virtude e o pecado, o valor e a covardia, tudo se confundia, transtrocando o belo com o feio, o ruim com o bom. (RIBEIRO, 1995: 43)

As missões católicas são responsáveis pelo estabelecimento de uma severa dinâmica de aculturação no “plano ideológico (relativo à comunicação, ao saber, às crenças e à autoimagem étnica)” (RIBEIRO, 1995: 75). Como veículos desse processo, podem-se destacar:

- A língua portuguesa, introduzida como o veículo oficial de comunicação entre os diversos grupos sociais e deles com a metrópole.
- A Igreja católica, que impõe pela catequese uma rigorosa orientação no campo dos valores, crenças e experiência moral e social.
- Os ofícios técnicos e eruditos de saber letrado, monopólio de um pequeno extrato da população associado aos setores eclesiásticos.
- A produção artística obediente ao barroco europeu, explorando temas da vida cristã.

Assim atribui-se uma dignidade formal ao projeto colonial, que justifica os movimentos de extermínio, a brutalidade da conquista e da escravização. Quando os missionários passam a questionar a violenta lógica colonial e advogar pela substituição do escravo indígena pelo

africano, são expulsos da colônia, como clara resposta da Coroa de que o projeto colonial era prioritário sobre o projeto missionário.

2.4.4. O escravismo

A única mão de obra que atendia aos requisitos do violento e extensivo projeto latifundiário colonial era a escrava. O trabalho indígena, além de escasso, não satisfazia a produtividade esperada pelos colonos. Para suportar o intensivo trabalho do engenho e de suas extensivas terras, foram trazidos à força, ano após ano, dezenas de milhares de escravos africanos. Além disso, o seu tráfico era monopólio da Coroa, configurando uma interessante fonte de ganhos ao estado português.

Foi a partir do trabalho negro que o Brasil produziu quase tudo o que aqui foi feito. Não só em matéria de engenho, mas de qualquer feitoria, construção ou artesanato. Ribeiro (1995) descreve a cruel dinâmica da vida escrava e sentencia: “Nenhum povo que passasse por isso como sua rotina de vida, através de séculos, sairia dela sem ficar marcado indelevelmente”⁹.

A herança imposta pela escravidão ao povo brasileiro, porém, foi muito além da privação e violência física. Ribeiro destaca o papel da degradação cultural do indivíduo, onde se expressou sua mais atroz vocação desumanizadora:

A empresa escravista, fundada na apropriação de seres humanos através da violência mais crua e da coerção permanente, exercida através dos castigos mais atrozes, atua como uma mó desumanizadora e deculturadora de eficácia incomparável. Submetido a essa compressão, qualquer povo é desapropriado de si, deixando de ser ele próprio, primeiro, para ser ninguém ao ver-se reduzido a uma condição de bem semovente, como um animal de carga; depois, para ser outro, quando transfigurado etnicamente na linha consentida pelo senhor, que é a mais compatível com a preservação dos seus interesses. (RIBEIRO, 1995: 118)

A deculturação primeiro desumaniza e desidentifica o indivíduo com o seu acervo cultural para depois domesticá-lo aos valores pretendidos. Ribeiro verifica que no caso do negro, no plano adaptativo e associativo se impunham outras condições de meio-ambiente, de novas técnicas e de relações de trabalho impostas pela rígida estratificação da escravidão. No plano ideológico, porém, residia algo muito mais complexo de retirar de sua identidade. De certo que a língua portuguesa impôs a aculturação para possibilitar a comunicação das mais

⁹ Para leitura do violento trecho que descreve tal dinâmica, ver Ribeiro (1995), p. 120.

diversas etnias linguísticas africanas confinadas na mesma senzala. Porém, o imenso patrimônio cultural, religioso e artístico, sobrevive aos porões e às senzalas, aos castigos e às fugas.

Quer dizer, nas crenças religiosas e nas práticas mágicas, a que o negro se apegava no esforço ingente por consolar-se do seu destino e para controlar as ameaças do mundo azaroso em que submergira. Junto com esses valores espirituais, os negros retêm, no mais recôndito de si, tanto reminiscências rítmicas e musicais, como saberes e gostos culinários. (RIBEIRO, 1995: 117)

Nesse sentido, a cultura africana remonta-se aqui, no esforço de preencher condições hostis de existência e empresta seus matizes ao patrimônio cultural brasileiro, em sua expressão popular que seria, por séculos, marginalizada. Somando-se aos elementos luso-tupis, vai produzir um ramo diferente da cultura universal, que virá à tona mesmo que se queira disfarçar: a cultura popular brasileira:

Conscritos nos guetos de escravidão é que os negros brasileiros participam e fazem o Brasil participar da civilização de seu tempo. Não nas formas que a chamada civilização ocidental assume nos núcleos cênicos, mas com as deformações de uma cultura espúria, que servia a uma sociedade subalterna. (RIBEIRO, 1995: 117)

Aqui, Ribeiro aplica o seu conceito de cultura espúria, onde uma cultura é impedida de florescer a fim de orientar o povo para suas necessidades, sublinhando como a deculturação age como empecilho do desenvolvimento. Explica:

Por mais que se forçasse um modelo ideal de europeidade, jamais se alcançou, nem mesmo se aproximou dele, porque pela natureza das coisas, ele é inaplicável para feitorias (...) de exportação. Seu ser normal era aquela anomalia de uma comunidade cativa, que nem existia para si nem se regia por uma lei interna do desenvolvimento de suas potencialidades, uma vez que só vivia para outros e era dirigida por vontades e motivações externas, que o queriam degradar moralmente e desgastar fisicamente para usar seus membros homens como bestas de carga e as mulheres como fêmeas animais. (RIBEIRO, 1995: 117)

Sobre o último tema citado, o cruel destino das mulheres africanas, haveria ainda outro veículo de deculturação que convirá destacar dentre as práticas da colônia.

2.4.5. O patriarcalismo

Observando a conjugação da unidade produtora do latifúndio e do regime privado de colonização do Brasil, Furtado (2001) explica a criação de um modo singular de vida no Brasil.

Nessa leitura, Furtado parece influenciar-se pela visão do antropólogo Gilberto Freyre, que observa a sociedade brasileira pelos contornos do patriarcalismo, das relações de poder na dinâmica colonial, em especial na vida privada.

Furtado observa o papel do senhor do engenho como ator dessa dinâmica: “Outro fator que será igualmente decisivo para reforçar a posição social do senhor latifundiário é a quase total ausência de autoridades públicas na terra” (FURTADO, 2001: 131). Por sua constituição essencialmente privada, o imperativo do projeto colonial era a palavra-lei do senhor e reforçavam o seu caráter espoliativo e dominador. As raízes do patriarcalismo na sociedade brasileira se explicam pelo papel exercido pelo senhor da terra na sociedade colonial. Ele acumulava múltiplas funções de poder: senhor absoluto da graça e da punição, mantenedor da ordem, benfeitor, empregador, protetor, administrador e juiz.

Nesse sentido, o patriarcalismo operará como um veículo de deculturação e mestiçagem na dinâmica da colônia. Por meio dele, a africanidade atravessará a senzala para ocupar outros espaços, ainda que indiretos, na vida colonial. Furtado (2001) observa que, à medida que prospera o engenho senhorial, cresce o trabalho escravo doméstico. Operado em sua grande maioria pelas mãos de mulheres negras, ele conduziu a entrada de valores africanos ao cotidiano da casa senhorial, através da culinária, dos jogos infantis, dos cuidados com as crianças, da prosa e música da cozinha. Por sua vez, essas mulheres africanas entrarão em contato muito mais próximo com a dinâmica da casa-grande, com a língua, com as vestimentas, objetos e, sobretudo, com a fé católica.

A história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro: da sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino; do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas credences da senzala. (FREYRE, 2003: 44)

Nessa dinâmica, o lugar da mulher negra será o de objeto compulsório do prazer sexual dos senhores de engenho. A partir de Freyre (2003), observa-se que o desejo sexual e o racismo não se opõem no sentido de inviabilizar a ação dessa categoria patriarcal portuguesa. Freire explica isso pela hipócrita cristandade moral do colono, o contato com a escravidão sexual moura que era intrínseca à vida familiar e a crença na preponderância da sua branquitude na miscigenação. Jessé Souza (2017), analisando a obra de Freyre, observa:

A família patriarcal reunia em si toda a sociedade. Não só o elemento dominante, formado pelo senhor e sua família nuclear, mas também os elementos intermediários constituídos pelo enorme número de bastardos e dependentes, além da base de escravos domésticos e, na última escala da hierarquia, os escravos da lavoura. Embora

todos os sistemas escravistas guardem semelhanças entre si, Freyre pensa a escravidão brasileira como uma mistura da escravidão semi-industrial das plantations típicas do continente americano com a escravidão familiar e sexual moura e muçulmana. (SOUZA, 2017: 29-30)

O abuso do ilimitado poder patriarcal do senhor, operando pelo estupro velado das escravas, produziu gerações de afro-brasileiros de diferentes matizes, em sua maioria bastardos do poder senhorial, pertencentes a esse espaço subalterno de permissão do senhor do engenho dentro de seu domínio particular, superior, no entanto, ao espaço da senzala.

Essa classe mestiça que crescia brincando com os filhos legítimos do senhor, operaria mais que nunca a aculturação, uma vez que a intensidade de sua branquitude lhe permitiria pertencer a uma classe social acima dos escravos da lavoura. Com ainda mais fervor, por uma conveniência quase que compulsória, rejeitaria a sua negritude, seus valores e crenças, nunca sendo, porém, aceito como seus pelos senhores brancos.

2.5. A decadência

O período colonial muito tem a ver com a gênese dos processos de dependência. Nele plantaram-se as condições para desdobramentos problemáticos da sociedade, que se concretizariam em tendências estruturais.

Como fatores de formação da dependência na sociedade brasileira sublinhou-se até aqui: o sentido privado da colonização, que permitiu ao senhor do engenho poder absoluto; a unidade produtora, que definia a monocultura agrícola de exportação, centrada no latifúndio e na mão de obra escrava, como o único formato rentável o suficiente para atrair grandes capitais; A aculturação, mecanismo de transformação da cultura, que aqui foi gerador de uma sociedade voltada para interesses externos.

Esses elementos persistiriam por todo o período colonial operando sua dinâmica interna. Na sua natureza exterior, a vulnerável economia voltada para fora não resistiu aos movimentos externos que fragilizavam a posição de seus produtos primário-exportadores. Primeiro pelo fim do monopólio do açúcar, levando a queda nos preços e decadência dos engenhos. Depois, pela economia mineira, que deu nova injeção de rentabilidade na colônia, mas tinha prazo limitado com o esgotamento de seus recursos.

O que vale a pena ressaltar é que ambos os ciclos não lograram estabelecer uma dinâmica interna que circulasse renda para economias auxiliares. A parca economia de subsistência que se forma paralelamente em todo país era limitada pela falta de recursos. O

excedente do lucro exportável seguia sendo drenado pela cada vez mais pujante economia manufatureira inglesa.

O processo acelerado de avanço técnico, que no plano social e ideológico geraria profundas transformações na Europa, aqui conduziria ao desmoronamento do sistema colonial, sem, contudo, alterar a lógica de dependência externa consentida pela elite dirigente. Acabariamos por nos tornar um tipo híbrido: uma sociedade arcaica, ávida consumidora da modernidade.

CAPÍTULO 3 – A DIFUSÃO NEOCOLONIAL

Em *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978), Furtado expõe como as poderosas transformações no sistema de cultura europeu que se processaram a partir da segunda metade do século XVIII viriam a afetar reflexamente o processo histórico de todo o mundo. Nos três séculos anteriores, a expansão colonial-mercantil permitiu uma comunicação permanente entre os sistemas de cultura através da mercadoria.

Nesse sentido, estabeleceram-se as condições para uma mundialização da cultura europeia através da revolução industrial. O eixo dinâmico desse processo foi o Império Britânico e, a partir dele, todas as nações mais ou menos integradas a sua dinâmica comercial, responderam ativa ou passivamente.

Como Furtado (1978) observa, algumas nações decidiram defender-se, engajando-se em sua própria revolução da base técnica. Outras viram uma oportunidade de acessar esses produtos sem passar por essas transformações, uma “via indireta” permitida pelo intercâmbio dos lucros de seus produtos de menor valor agregado pelos produtos industriais. Os desdobramentos das transformações produtivas no centro dinâmico serão observados pelo autor como o processo de difusão da civilização industrial. Ele será fundamental para estruturar sua leitura do capitalismo engendrado na periferia do sistema econômico e entender as diferenças estruturais entre um e outro sistema.

O que Furtado pretende mostrar é que a difusão da civilização industrial ensejou as transformações que viriam a acontecer no Brasil do século XIX como resposta a essa nova inserção. Sem relevantes transformações na base produtiva, os processos de transição do regime político e do regime de mão de obra não tiveram caráter de ruptura da ordem vigente, tendo exíguo impacto na estrutura social e no modelo produtivo da monocultura de exportação. Serviram, sim, para melhor atender o vínculo comercial que se costurava com o centro dinâmico. Ainda colônia em severa decadência econômica, o Brasil veria a chance de livrar-se do entreposto burocrático-comercial que era a metrópole portuguesa naquele momento.

Darcy Ribeiro, por sua vez, relaciona esse movimento dentro do quadro de um novo processo civilizatório. Em Ribeiro (1968), voltando ao cerne de sua proposta metodológica, enquanto no período colonial tínhamos a generalização da cultura da revolução mercantil, a revolução industrial ensejou uma ruptura muito mais intensa, capaz de engendrar um novo processo civilizatório muito mais acelerado. É a expressão de uma profunda aceleração evolutiva dos países centrais, uma ruptura drástica com um modo de vida anterior.

Contudo, essas transformações se fazem sentir em outros territórios. O processo civilizatório parece, nesse caso, ser um conceito mais abrangente que a revolução que o gestou. Ele engloba também a expansão desse novo paradigma cultural para regiões vinculadas a eles. As áreas coloniais configuravam um exemplo ilustrativo para esse processo:

O novo processo civilizatório tem de peculiar a circunstância de que, desde os primeiros passos, ainda marcadamente mercantis, estrutura-se como um sistema econômico efetivamente universal com extraordinário poder de atualização histórica que progressivamente atingiria todos os povos da terra, envolvendo cada nação e até mesmo cada indivíduo em suas formas compulsórias de integração. (RIBEIRO, 1968: 154)

Os povos que foram incapazes de romper endogenamente os seus laços de dependência colonial por movimentos emancipatórios, engajaram-se pela via auxiliar, a assimilação desses valores e produtos sobre uma sociedade socialmente arcaica e espoliativa. O Brasil encaixa-se perfeitamente nesse caso. Ribeiro (1972) define essa como a segunda atualização histórica da nação brasileira, onde a dinâmica de dependência foi transferida da decadente metrópole portuguesa para a dinâmica potência industrial inglesa, abdicando da formação colonial para formar-se uma estrutura neocolonial:

Com o amadurecimento de uma nova revolução tecnológica, a industrial, agrava-se a obsolescência de Portugal que, não chegando a estruturar-se nem mesmo como formação Capitalista-Mercantil, torna-se incapaz, também, de integrar-se automaticamente na nova civilização. Criam-se, assim, condições para que o Brasil emergja da condição colonial escravista. Entretanto, como a ruptura se dá através de um movimento de atualização histórica, só consegue desvincular-se do contexto anterior para converter-se numa formação neocolonial, inserida no sistema de dominação Capitalista-Industrial, como um dos proletariados externos de seus núcleos cênicos. (RIBEIRO, 1972: 57-58)

A estreita identidade entre a leitura da difusão da civilização industrial no Brasil vista em Furtado, com a nova atualização histórica brasileira pelo engajamento no processo civilizatório, vista em Ribeiro, nos permite propor uma reflexão complementar sobre o tema. Nesse capítulo, observaremos com maior detalhe a emergência desse centro dinâmico a partir da revolução tecnológica e a sua difusão cultural, analisando os efeitos que esta induziu sobre a sociedade brasileira do século XIX.

3.1. Emergência da civilização industrial

Impera no método furtadiano que analisamos até aqui, a compreensão de que é a partir do uso de um excedente que se abrem as opções para o desenvolvimento de uma sociedade. Será especialmente fácil de entender essa relação na sua leitura da emergência da civilização industrial.

Furtado destaca a fundamental importância que o processo de acumulação teve durante o período mercantil-colonial para a emergência de uma revolução nas forças produtivas nos finais do século XVIII. A expansão do comércio a nível mundial, canalizado através da extração de um excedente por vias autoritárias como o uso da mão de obra escrava, possibilitou um acúmulo material sem precedentes na história, sem a necessidade de alterar profundamente as técnicas empregadas. Em *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978), Furtado observa essa simbiose entre circulação de riqueza e meios violentos de extração de excedente:

O fato decisivo nessa fase da evolução-econômica-europeia consiste na considerável ampliação do excedente, sem que a isso correspondam modificações significativas nas forças produtivas. A posição de força que assumem os europeus em muitas das regiões que “descobrem”, permite-lhe extrair um excedente por via autoritária, além daqueles que lhes advém de operações comerciais. (FURTADO, 1978: 35)

Atentemos então para a cultura europeia nos períodos de acumulação mercantil, dando ênfase para a interdependência de suas partes. Tínhamos no plano adaptativo (tecnológico) relativa estagnação das forças produtivas. No plano associativo (socioeconômico), contudo, a absorção do excedente comercial refletia em alterações aceleradas na ordem social com a ascensão das revoluções burguesas. No plano ideológico, tínhamos a revolução científica, que legitimava o poder pela razão e ampliava o espaço de pensamento do homem. (FURTADO, 1984)

Pode-se perceber que havia um deslocamento de equilíbrio dos conteúdos da cultura, que guardam interdependência entre si. O forte acúmulo material acabou sendo drenado pelos mercados onde a manufatura se desenvolvia mais, pois dela gradualmente se tornam consumidores todas as metrópoles e colônias. O arrendamento das terras para uso como elemento de produção, e uma conseqüente expropriação violenta de trabalhadores da terra pelos arrendatários é um traço característico da época, que foi permitido pela circulação da riqueza mercantil.

O vetor desse movimento é a Inglaterra, onde o excedente passou a dinamizar atividades que outrora eram inexistentes e a tornar obsoletas outras que não conduziam a acumulação, deslocando o sistema de forças da antiga estrutura feudal e conferindo valor de troca à terra e ao trabalho, agora vistos como fatores de produção. O resultado foi uma profunda reação no plano da inovação técnica e de subordinação da lógica produtiva à eficiência na acumulação, que vai se expandir por toda a Europa. É nesse quadro particular que gesta-se a civilização industrial.

A subordinação da atividade produtiva à lógica da acumulação configura uma nova dinâmica cultural, onde as transformações das forças produtivas geram um poder econômico que entra em cena desafiando o poder político:

Na sociedade que emergiu dessas transformações, as atividades econômicas assumiram considerável autonomia e passaram a desempenhar papel determinante em todas as dimensões da cultura. Acumular, ampliar o excedente vieram a constituir objetivos em si mesmos, considerando-se como “racional” a eliminação de todo obstáculo a eficiência produtiva. (FURTADO, 1978: 38)

Furtado (1978) demonstra que para isso foi fundamental a canalização da inventividade para o progresso técnico, operando por duas vias. A primeira é pela introdução de novas técnicas, que conduzem ao aumento da eficiência pela divisão social do trabalho. A segunda, pela modificação dos padrões de consumo que permitem a diversificação da produção pela penetração mundial da cultura da civilização industrial. A assimilação conjunta desses dois processos é um movimento que se inscreve especificamente na história da Europa. Os avanços da técnica que ampliavam os recursos produtivos eram indissociáveis de uma transformação no plano das interações dos agentes sociais. A sociedade capitalista industrial é um produto dessa interação e só pode ser concebida por ela.

No entanto, a história provou que essas duas vias poderiam ser sim separadas, não pela emergência de novas células de sociedades como a que se formava e que obrigariam essa interação, mas pela extensão dessa mesma sociedade, como subproduto auxiliar, a partir da difusão da sua cultura. Nesse quadro de dependência, dono de uma estrutura social muito mais arcaica, mas avidamente engajado no consumo desses novos produtos da modernidade encontra-se o arcaico Brasil do século XIX. Será a partir da entrada nesse mercado que o Brasil se modernizará e terá acesso, pela via indireta, à civilização industrial.

Os mercados em expansão, dos países europeus que se industrializavam, operaram como uma poderosa válvula de sucção, dando origem a um fluxo crescente de intercâmbio com o exterior. Ora, o acesso aos mercados em expansão da Europa teve

como contrapartida a penetração dos valores materiais da civilização industrial. O comércio exterior fomentava a especialização e aprofundava a divisão do trabalho. (FURTADO, 1978: 45)

A via indireta nesse caso consiste em ter acesso aos produtos industriais, sem grandes alterações nas bases produtivas, fazendo uso dos recursos extraídos de atividades com baixo grau técnico, como a empresa agrícola. Furtado (1978), observa:

A transferência de mão de obra de atividades de auto-subsistência para plantações de café, de cacau, de borracha e outras, dava origem a um poder de compra nos mercados internacionais, mediante o qual certas populações passavam a ter acesso aos frutos do progresso técnico. Transplantavam-se, assim, os padrões de comportamento surgidos da civilização industrial para sociedades que ainda não haviam penetrado as técnicas produtivas em que assenta essa civilização. (FURTADO, 1978: 46)

Junto com os produtos da modernidade, as ideologias legitimadoras das revoluções burguesas, responsáveis pelos grandes deslocamentos de forças da estrutura social europeia, aqui adentravam apenas como formas de dissolver as amarras do novo comércio que surgia. Desfeitos estes, serviram para aprofundar a especialização produtiva agrícola e a estrutura social arcaica que dela vivia:

Os valores ideológicos surgidos com a revolução burguesa – liberalismo, individualismo, racionalismo – que haviam operado como alavancas para deslocar as velhas estruturas de dominação e promover a ascensão dos agentes sociais comprometidos com a acumulação no plano das forças produtivas, transpostos para a situação de dependência, tais valores transformaram-se em instrumento de reforço desta. (...) Em realidade, o considerável aumento do excedente reforçava, às mais das vezes, o sistema de dominação social, além proporcionar-lhe alianças externas. (FURTADO, 1978: 46-47)

No quadro histórico que tratamos, a repercussão dos acontecimentos políticos da Europa no final do século XVIII e começo do seguinte vão acelerar que se concretizem as condições para a reativação do comércio internacional e ao mesmo tempo para perpetuar a estrutura social no Brasil.

3.2. Difusão cultural no Brasil

O século XIX consiste em um relevante recorte histórico para a observação de como os valores trazidos pelas revoluções do modo de vida e produção na Europa plasmaram-se no

Brasil. Demais, da inserção do país pela chamada “via indireta” no sistema capitalista como economia auxiliar da civilização industrial.

Pretender-se-á demonstrar como os autores caracterizam essas transformações dentro do processo histórico brasileiro muito mais como desdobramentos da difusão da civilização industrial, pela inserção do Brasil nesse sistema de divisão internacional do trabalho, do que por reordenações sociais e convulsões internas da sociedade brasileira, que viriam a ser constantemente reprimidas.

Nesse período, nos interessará, sobretudo, as visões de Furtado e Ribeiro sobre a importância da difusão cultural nas transformações do regime político brasileiro e pela transição do regime de mão de obra escrava para assalariada. Essas mudanças de maior relevância representariam adequações do sistema político e econômico do Brasil a uma nova dinâmica da economia mundial marcada pela acumulação. Traremos para análise como os autores leem o papel da elite agrícola na condução desses processos, tanto pela assimilação – de caráter exógeno – das exigências para integrar-se a um sistema mundial, quanto pela repressão – de caráter endógeno – das forças populares internas que exigiam reordenação social.

3.2.1. A transição institucional

A economia colonial já se encontrava em decadência desde o esgotamento do ciclo do ouro, em queda acentuada dos padrões de renda da população livre, que se tornava especialmente mais numerosa dentro das economias auxiliares de subsistência da colônia. (FURTADO, [1959]1986)¹⁰ As Guerras Napoleônicas contribuem para uma depressão ainda maior da demanda de produtos brasileiros e terminam com vinda compulsória da Coroa portuguesa para as terras brasileiras. Desde o Tratado de Methuen¹¹, um século antes, Portugal já tinha consolidado um vínculo de dependência comercial com a Inglaterra que precipitou, pela pressão inglesa, o fim de certas amarras políticas para a estruturação do comércio entre as duas nações.

¹⁰ Para melhor entendimento, citaremos Formação econômica do Brasil pelo ano de publicação original de 1959. Para consulta, usamos a edição de 1986.

¹¹ O Tratado de Methuen, também referido como “Tratado dos Panos e Vinhos”, foi um acordo assinado entre a Inglaterra e Portugal, em 27 de dezembro de 1703, que comprometia isenção alfandegária na compra dos tecidos ingleses em troca de redução substancial na tarifa dos vinhos portugueses. Para melhor apreciação, ver: Furtado (1986[1959]), p. 79-81.

Em 1808, com a interdição da metrópole portuguesa, fez-se para colônia “indispensável o contato direto desta com os mercados ainda acessíveis” (FURTADO, [1959]1986: 93). A primeira mudança importante nesse sentido foi a abertura dos portos, que estabeleceu o fim do monopólio colonial no Brasil e os tratados que concederam à Inglaterra tarifas preferenciais. A partir daí, a entrada dos produtos ingleses tomou enormes proporções deprimindo a já deficitária balança comercial portuguesa e a possibilidade de qualquer iniciativa manufatureira no país.

Nesse quadro, a classe agrícola perpetua sua posição de elite dominante, enquanto um novo produto avança como reativador da economia agrícola brasileira: o café. Na sua leitura dos desdobramentos da economia cafeeira, Furtado (1959) vai observar o papel da elite agrícola em assimilar as exigências das transformações do comércio internacional, buscando dar maior eficiência ao processo de acumulação.

A primeira dessas mudanças foi a modernização do regime político através de independência, que permitiu ao grande produtor eliminar o intermediário metropolitano e estender sua autonomia produtiva para a esfera comercial, firmando-se como responsável tanto pela produção quanto pela comercialização do gênero agrícola, o que a distinguiu da empresa açucareira colonial. Sobre a elite cafeeira, Furtado define:

Desde o começo, sua vanguarda esteve formada por homens com experiência comercial. Em toda a etapa de gestação, os interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados. A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende em uma frente ampla: aquisição de terra, recrutamento de mão de obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização dos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica. (FURTADO, 1986 [1959]: 116)

Veremos em Ribeiro (1995) como a crise generalizada da economia brasileira preocupava as classes dirigentes quanto à ordenação da estrutura social. Juntos, empresários agrícolas e um patriciado urbano comercial, defenderiam junto à recém-implantada burocracia portuguesa uma modernização institucional que lhes conferissem mais autonomia e contivessem a turbulenta agitação dos setores dirigidos.

Estes grupos é que promoveram a independência quando ela se tornou inevitável e a institucionalizaram como um projeto em seu próprio proveito sob a forma de uma monarquia escravista, instrumentada para a repressão (...) às insurreições populares que aspiravam uma reordenação social mais profunda. Ressalvaram-se, assim, as características fundamentais da velha ordenação, mantendo-se as posições do patronato e transferindo o poder de mando das mãos dos agentes coloniais para um patriciado nativo, representando os mesmos interesses. (RIBEIRO, 1972: 76-77)

Ribeiro mostra que, como as duas bases socioeconômicas de sustentação dessa classe produtiva permaneciam sendo o latifúndio e a escravidão, desta maneira foi efetivada uma transição que preservasse esse sistema político. A colônia da monarquia comandada pelo rei de Portugal seria substituída pela monarquia brasileira de seu filho, D. Pedro I.

A independência do Brasil constitui-se como exemplo ilustrativo onde a modernização reflete os anseios da elite em integrar-se na civilização industrial. A classe dirigente, visando estancar a crise institucional da colônia, advoga pela “troca de mando” que consolida seus interesses comerciais com a Inglaterra, transferindo sua condição de “proletariado externo” (RIBEIRO, 1968) para uma potência mais dinâmica. Aqui, Ribeiro destaca a transição de um modelo colonial para “neocolonial”:

A ruptura do estatuto colonial e dos vínculos com Portugal dá lugar a uma formação neocolonial, no âmbito da dominação econômica inglesa. A própria monarquia foi adotada como modo de alterar no mínimo possível, a estrutura de poder: de dissuadir os setores mais exaltados que aspiravam uma reforma política de caráter republicano; (...) A principal tarefa dos reguladores da nova ordem foi, por isto mesmo, reprimir as rebeliões populares que se sucederam em todo país entre 1823 e 1845, contra a estrutura de poder que, em nome da Independência, congelara a velha ordenação social. (RIBEIRO, 1972: 76-77)

O desejo de reorganização da sociedade daquela época produzia um forte antagonismo de classes no Brasil que eclodiu em revoltas contra a dominação colonial e a sua arcaica estrutura social. Ribeiro (1995) destaca:

Nessas eclosões, múltiplas tensões subjacentes e jamais manifestas se expressam ruidosamente. A ojeriza do povo ao negociante lusitano em que ele vê o seu explorador imediato. A animosidade do pobre ao rico. O antagonismo do empresário nativo ao estrangeiro. O ressentimento do negro para com o mulato e o ódio de ambos ao branco. Entretanto, o grande antagonismo que pulsava debaixo de todas essas tensões e oposições, o do escravo ao senhor, mal pode expressar-se, porque a condição de homens livres dos brancos e mulatos os unificava mais que o seu denominador comum de gente pobre e explorada. (RIBEIRO, 1995: 298)

A preservação hereditária do alto patriciado da corte portuguesa elege a classe agrícola como grande interventora do poder imperial. Essa aliança fundamental buscava conter o grande temor de sublevação das classes subalternas livres e dos escravos, além de proteger o sistema econômico implantado. Vamos observar em Furtado (1959) que o funcionamento do latifúndio escravista não apenas se preservou como se intensificou muitíssimo com o café.

Um dos fatores que Furtado ressalta para a expansão progressiva da lavoura cafeeira foi a “alta de preços causada pela desorganização do grande produtor que era a colônia francesa

do Haiti.” (FURTADO, [1959]1986: 113). Sabe-se que a Revolução Haitiana caracterizou-se pelo levante da população escrava contra o regime colonial, alçando o país não só ao posto de segunda nação independente da América como a primeira em todo o continente a abolir a escravidão. Esse fato histórico parece ter tido grande importância para época, pelo temor das classes livres para com a insurgência de um movimento semelhante. Como demonstra Ribeiro:

Nas insurreições levantava-se uma primeira liderança nativa oposta tanto à dominação colonial quanto à velha estratificação social interna, que, mesmo entre homens livres, estabelecia distâncias abismais entre os pobres e os ricos. Essas lideranças, porém, se apavoram diante dos riscos de generalizar-se a convulsão social, ensejando à massa escrava a oportunidade de manifestar seus rancores seculares, que ensanguentariam toda a sociedade numa guerra de castas. A imagem da revolta do Haiti pairava sobre os insurgentes brasileiros, aterrorizando quase todos eles. (RIBEIRO, 1995: 299)

A solução do café no Brasil que ganhou importância crescente e passou a representar a via de progresso econômico, viria pelo caminho contrário: a repressão da insurgência popular e a intensificação do trabalho escravo para a instalação da lavoura cafeeira. Dessa forma, a elite cafeeira conjugava perfeitamente a expressão dos valores de organização da produção e do aparato jurídico-institucional de um estado moderno, adaptados à arcaica estrutura produtiva brasileira, com a preservação e intensificação da mão de obra escrava. Seria um substancial exemplo da discrepância que os valores das revoluções europeias tomariam no Brasil, sem passar pelas mesmas rupturas sociais que as caracterizaram. A mão de obra escrava seria a base de sustentação da economia do café. Ribeiro é capaz de avaliar essa dualidade em seu modelo de atualização histórica:

No segundo passo, correspondente à nova atualização histórica que conduziria o Brasil à condição de área neocolonial, a cultura nacional experimentou inovações substanciais, tanto no plano tecnológico, como no institucional e no ideológico. Todas elas, porém, de caráter meramente modernizador e, por isso mesmo, parcial e deformante, porque agregavam ao sistema econômico uma certa eficácia, mas não permitiam a superação do seu caráter ancilar e espoliativo. (RIBEIRO, 1972: 113)

É inevitável a comparação dessa visão com a tese que Furtado (1978) defende sobre a forma com que são apropriados os valores da revolução burguesa no processo histórico brasileiro. Na ausência de uma mutação profunda e autônoma nas forças produtivas, as ideias e valores advindos dos cismas sociais europeus, aqui tomam forma de vertentes legitimadoras do progresso e perpetuadoras da dominação social. Furtado atentará para os transtornos que a difusão desses valores propagará dentro da sociedade brasileira:

A difusão planetária da civilização industrial veio demonstrar que o conjunto de técnicas (e de formas de comportamento requeridas pela aplicação dessas técnicas) que a constituem, são compatíveis com formas de organização social distintas daquelas surgidas da revolução burguesa. Demais, a experiência histórica tem demonstrado que são as sociedades de perfil mais inigualitário, aquelas que mais rapidamente assimilam – ou o fazem com menores deslocções em suas estruturas sociais – os valores da civilização industrial. (FURTADO, 1978: 76)

À medida que as ideias legitimadoras do progresso promoveram a modernização institucional do Brasil através da independência, os movimentos de expansão da civilização industrial, representados pela influência comercial e política do Império Britânico no Brasil, conduziram para novos impasses. Veremos na próxima seção como o problema da mão de obra escrava viria a ser o principal limitante do desenvolvimento da economia cafeeira na segunda metade do século XIX.

3.2.2. A transição do regime de mão de obra

Desde os acordos entre Inglaterra e Portugal para o fim do monopólio colonial e a transição institucional que resultou na independência, a pressão inglesa para desestruturar o tráfico de escravos no Brasil esteve articulada com os interesses de sua expansão industrial. O crescimento da mão de obra assalariada firmava-se como premissa para o incremento da demanda por produtos industriais, sendo, portanto, prerrogativa da política comercial inglesa. Desse modo, observaremos em Furtado (1959) como outro efeito reflexo da difusão da civilização industrial refletiu na contínua deterioração das condições do regime de mão de obra escrava no Brasil.

As sucessivas leis que proibiriam o tráfico de escravos no Brasil encontraram grande barreira em um estado monárquico recém-fundado, comprometido com o regime latifundiário e escravista. O tráfico inclusive intensificou-se ao máximo quando estabeleceu-se o prazo para sua extinção¹² em 1827. A entrada de escravos, porém, permaneceu ocorrendo fora do controle inglês.

Em meados do século, contudo, a pressão inglesa consegue estancar definitivamente o tráfico negreiro e a mão de obra escrava começa a limitar a expansão da economia cafeeira. Furtado mostra que as condições do trabalho escravo no Brasil impunham uma taxa de reprodução negativa, que só era compensada pela massiva importação de escravos africanos.

¹² Furtado (1959) estima que a importação de mão de obra escrava na primeira metade do século XIX tenha estado entre 750 mil e um milhão de pessoas.

O primeiro censo demográfico, realizado em 1872, indica que nesse ano existiam no Brasil aproximadamente 1,5 milhão de escravos. Tendo em conta que o número de escravos, no começo do século, era de algo mais de um milhão, e que nos primeiros cinquenta anos do século XIX se importou muito provavelmente mais de meio milhão, deduz-se que a taxa de mortalidade era superior à de natalidade. (FURTADO, 1986 [1959]: 117)

Sob essas condições, a restrição definitiva que se impôs ao tráfico de escravos constituiu um grave empecilho para a expansão da oferta de mão de obra na economia cafeeira. Os preços do café ascendentes levaram a migração dos trabalhadores das regiões algodoeira e açucareira do norte e nordeste, o que de fato ocorreu, mas não de modo suficiente para a solução do impasse.

Furtado (1959) também assinala a presença de uma relevante população livre que se multiplicou nas áreas de subsistência e pecuária, com a crise das empresas do açúcar e do ouro. Além de, como vimos, a população livre rejeitar engajar-se em atividades ocupadas por escravos, eram vistos como avessos a um regime de alta produtividade. Demais, essa economia auxiliar era marcadamente imobilizada do ponto de vista social, parecendo demasiado oneroso deslocar esse contingente de mão de obra.

A solução alternativa veio do incentivo a política imigratória de mão de obra assalariada, para suprir o trabalho da grande lavoura. Em Furtado (1959), notamos que, em um primeiro momento, nas décadas de 50 e 60, o crescimento progressivo de imigrantes europeus na produção do café partiu da iniciativa privada dos empreendedores do café.

Cabe aqui destacar que a ideia de incorporação da mão de obra assalariada, em um primeiro momento não se confunde como a pressão abolicionista. A questão da mão de obra era, evidentemente, um problema econômico de escassez de mão de obra, resultado de uma limitação jurídica imposta pela Inglaterra. Ainda assim, ela representava boa parte do trabalho da lavoura, coexistindo com as primeiras colônias de trabalho assalariado de imigrantes europeus. Quanto a essa questão sociocultural da escravidão do Brasil da época, Furtado explica que, “constituindo a escravidão no Brasil a base de um sistema secularmente estabelecido, explica-se facilmente que para o homem que integrava esse sistema, a abolição do trabalho servil assumisse as proporções de uma ‘hecatombe social’” (FURTADO, [1959]1986: 136).

O que Furtado quer demonstrar é que a transição do regime de mão de obra viria muito mais pela necessidade de resolver o problema produtivo no Brasil do que pelos desdobramentos sociais internos do regime escravista. Aqui, se constitui outro exemplo substantivo dos efeitos

da difusão da civilização industrial e sua pressão pela constituição de uma mão de obra assalariada.

Depois que os custos de imigração de europeus mostraram-se excepcionalmente desvantajosos para os proprietários, a elite cafeeira pressiona o governo, que assume em 1870 os gastos da política imigratória. Uma vez que o trabalho assalariado constitui uma mão de obra suficientemente grande para sustentar a produção e os custos, por sua vez, passam a ser assumidos pelo governo, o regime de mão de obra escrava deixa de ser um limitador econômico de definir a organização da produção. Furtado assim analisa:

Observada a abolição de uma perspectiva ampla, comprova-se que mesma constitui uma medida de caráter mais político que econômico. A escravidão tinha mais importância como base de um sistema regional de poder que como forma de organização da produção. Abolido o trabalho escravo, praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição de renda. (FURTADO, 1986: 141)

A abolição da escravidão chega ao Brasil como fruto tardio da assimilação de um elemento da cultura da civilização industrial, a exploração do trabalho como fator de produção e valor de troca. No entanto, como Furtado sublinha, não há qualquer transtorno na ordem produtiva vigente que era o latifúndio monocultor. Não seria o progresso técnico o fator de sucesso da economia cafeeira.

3.2.3. A questão salarial

O impulso do crescimento veio, ao contrário, da dinamização da demanda externa expressa na elevação dos preços do café, que permitiu o uso extensivo da mão de obra assalariada e da terra. Como Furtado (1978) demonstra, em um quadro de estagnação das forças produtivas, a realocação dos fatores faz-se obrigatória para dinamizar a acumulação. Nesse caso, a abundância de ambos os fatores constituiriam um custo baixo para a crescente rentabilidade do café. Demais, o grande excedente de mão de obra livre, composto por trabalhadores dos setores de subsistência somados aos escravos libertos, pressionavam os salários negativamente e seriam decisivos para a lucratividade do setor e a sua expansão. Sobre essa tendência, Furtado explica:

Dada a relativa elasticidade da oferta de mão de obra e a abundância de terras, essa expansão pode seguir adiante sem encontrar obstáculo da parte dos salários ou da

renda da terra. Com efeito, os deslocamentos de mão de obra dentro do país e a imigração processaram-se independentemente da elevação do salário real naqueles setores ou regiões que atraíram fatores. O setor cafeeiro pôde, na verdade, manter seu salário estável durante a longa etapa de sua expansão. (FURTADO, 1986: 153)

Aqui, cabe uma reflexão sobre a “questão salarial” que diferencia as sociedades engajadas nas transformações produtivas, das que delas tiveram acesso por “via indireta”. A incapacidade de transferir expansão da lucratividade para a ascensão dos salários é característica da economia periférica. Furtado (1984) mostra que nas economias centrais o papel dinamizador do trabalho assalariado era baseado em suas conquistas no plano social e uma vez que alterava o perfil da demanda, dinamizava o excedente para novas transformações produtivas. Furtado explica:

Nas economias do centro, as transformações têm lugar simultaneamente nas estruturas econômicas e na organização social: a pressão social faz que a remuneração do trabalho acompanhe a elevação da produtividade física desse trabalho, na medida em que essa se traduz em aumento da renda média da coletividade. (FURTADO, 1984: 115)

Isso prova o caráter distinto das transformações que ocorrem no Brasil. Movidas pela expansão da demanda proporcionada pela dinamização dos grandes centros, só se podia realocar os recursos disponíveis para intensificar a acumulação. A intensificação desta não traduzia em elevação dos salários, senão que revertia o excedente para ampliar a demanda da classe dirigente por importações. Em contraposição:

Na economia periférica, as modificações do sistema produtivo são induzidas do exterior. Pelo mesmo fato de que essas modificações se limitam inicialmente a uma reordenação no uso dos recursos já disponíveis, seu impacto na estrutura social é reduzido ou nulo. (FURTADO, 1984: 115)

Furtado dá relevância, portanto, para a fundamental diferença da orientação da demanda entre os países europeus e o Brasil. Enquanto uma era revertida em alterações na estrutura produtiva, a outra era mediatizada pelas importações e conduzia a um imobilismo social e produtivo. A expansão do excedente da economia cafeeira só serviu para iniciar um processo de dinamização da demanda dos altos extratos, intensificando ao máximo o distanciamento social. A elite modernizava-se se voltando para fora, suprindo-se de produtos que não seria capaz de produzir por si mesma.

A lucrativa empresa cafeeira consolidaria uma classe dominante com crescente poder econômico. Buscando maior representatividade direta na política, conduziria o país ao regime republicano derrubando o estado monárquico, que gerava crescente incômodo em vários grupos como a Igreja e o Exército. A república conduziria a um modelo político oligárquico, cuja preocupação central era a preservação dos interesses do café. A esse respeito, Ribeiro destaca:

Ressalva-se, mais uma vez, a velha ordenação sociopolítica fundada sempre no monopólio da terra, que continuaria compelindo toda a força de trabalho – agora unificada na condição nominal de trabalhadores livres – a optar entre servir em uma fazenda ou servir em outra fazenda igual. Mas regida, já então, por um sistema político eleitoral que dava aos controladores da força de trabalho o manejo do eleitorado e, assim, o comando efetivo da estrutura de poder. (RIBEIRO, 1972: 79-80)

A especialização no café firmou a posição do Brasil, agora república, na divisão internacional do trabalho pelo regime de vantagens comparativas. Através dele, a elite cafeeira terá acesso aos bens de consumo das nações industriais pelo uso do excedente agrícola e acentuará a posição de vulnerabilidade da economia brasileira. Demais, acelerará o processo de modernização que caracterizará marcantemente o Brasil do século XX. Ao vínculo de dependência que tal processo permitirá, daremos atenção no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 – A MODERNIZAÇÃO NACIONAL

Para entender como Furtado e Ribeiro analisam o Brasil do século XX na dinâmica da cultura, haverá um conceito que daremos especial atenção e será orientador de suas propostas. Este será o de modernização. No que pese em cada autor o seu método empregado, será a partir do estudo do processo de modernização, permitido pela ingerência da cultura da sociedade industrial, que estes lerão a constituição do Brasil nação.

Deter-nos-emos a esse processo a partir de dois estágios: o primeiro será o contexto de modernização pelo modelo de especialização em gêneros agrícolas, desdobramento de um processo iniciado ainda no século anterior com a crescente entrada de modos de vida e produtos industriais europeus. Nesse período, o Brasil república, o qual ainda inserido em um sistema neocolonial (RIBEIRO, 1968), estabelecerá um acentuado distanciamento cultural entre elite e povo (FURTADO, 1984), próprio de uma configuração espúria de cultura (RIBEIRO, 1972). Essa dinâmica se estenderá até o início dos anos 30, onde a economia brasileira passará por intensas transformações advindas de uma restrição da economia internacional.

O segundo estágio de modernização será pela análise do “modelo brasileiro” de industrialização (FURTADO, 1972), onde o país pôde realizar uma modernização muito mais acelerada através da implantação de indústrias transnacionais de bens de consumo, constituindo um quadro muito particular. Nele, o desenvolvimento tardio da indústria teve de adaptar-se a um perfil de demanda restrita pelo distanciamento social, agravando ainda mais a concentração da riqueza e a desigualdade.

O engajamento da nação brasileira em um projeto industrial pareceu, ao contrário das experiências das nações desenvolvidas, reforçar o caráter de pauperização das condições sociais, modernizando o padrão de vida de uma minoria da população e obscurecendo as reais necessidades da sua imensa maioria. Nesse contexto, vai se solidificando uma classe média que terá um papel cultural muito relevante. Constituirá uma ponte entre a cultura erudita da estreita camada superior, bovarista por natureza, e a cultura popular da grande massa, um amalgama genuíno da criatividade cultural regional, expresso pela assimilação de motivos coloniais e fragmentos dos patrimônios tanto indígena quanto africano. Esses sistemas que antes eram quase que incomunicáveis passam agora a se conectar. A classe média atuará tanto no sentido de descaracterizar a cultura popular com sua influência aculturativa de absorção da cultura estrangeira, quanto terá a possibilidade de expor a cultura popular e tirá-la de um contexto de marginalidade.

Furtado e Ribeiro atentarão para a condição de dependência imposta pelo processo de modernização como uma obstrução cultural a nossa capacidade de ação. Esse entrave sempre se colocou pela inibição da criatividade cultural, capaz de orientar um povo para o desenvolvimento endógeno (FURTADO, 1984). Este conceito que nos apresenta Furtado é permitido pelo reencontro da comunidade com a sua identidade cultural, a única maneira de “ordenar o processo acumulativo em função de prioridades por ela mesma definidas” (FURTADO, 1984: 108). Veremos nesse capítulo como se desdobraram os processos desse período de intensas transformações da cultura brasileira.

4.1. O diálogo da modernização

4.1.1. A modernização dependente

Celso Furtado identifica o processo de difusão da cultura como elemento central para avaliar os desdobramentos históricos do Brasil. Será através dele que nos apresentará o seu conceito de modernização, dinâmica que orientou o desenvolvimento da nação brasileira no século XX. A difusão da civilização industrial foi um processo de caráter cultural, resultado de uma disseminação de produtos, valores e, sobretudo, modos de vida de sociedades engajadas em transformações da base tecnológica (área de preocupação dominante da cultura industrial) para sociedades periféricas. (FURTADO, 1978).

Para que esse processo tivesse êxito, Furtado expõe os dois vetores que lhe foram fundamentais: “o incremento da produtividade do trabalho social e a diversificação do consumo, vale dizer, o progresso tecnológico nos procedimentos produtivos e na concepção dos bens e serviços de consumo final” (FURTADO, 1984: 22).

Nessa interação, pudemos ver que a absorção do excedente, fruto do incremento técnico, gerava a elevação dos padrões de vida da coletividade e constituía a válvula de propulsão do modelo, pois encontraria uma demanda em expansão que permitiria a diversificação da produção.

Furtado mostra que, na periferia do sistema, nem todas as sociedades capazes de acumular o faziam como fruto de transformações produtivas. Muitas delas, como o Brasil, vinham de experiências acumulativas que privilegiavam modelos extensivos de produção, os quais podiam realocar-se sem se valer de ganhos de produtividade intensiva. A difusão da civilização industrial através de um sistema mundial possibilitou o sucesso desse modelo sem

a necessidade de replicação das condições de progresso técnico e diversificação do consumo.

Furtado explica:

Ora, o sistema de divisão internacional do trabalho permitiu isolar esses dois processos. Um país que se especializasse na produção agrícola para a exportação poderia ter acesso à moderna tecnologia sob a forma de produtos de consumo, sem ter que investir para elevar a produtividade física do trabalho. As vantagens comparativas estáticas criadas pela especialização e o acesso a um mercado externo em expansão permitia pagar os bens de consumo sofisticados que estavam penetrando no mercado internacional. (FURTADO, 1984: 22)

Com grande habilidade, Furtado localiza o cerne da dependência que se instituiu o Brasil. Demais, à medida que produtos plasmam modos de ser, interagir e pensar, Furtado reforça o caráter cultural dessa dependência. A modernização pela especialização agrícola permitia o acesso aos bens industriais apenas para uma camada muito restrita da população que detinha o excedente da exportação:

Era o processo da modernização dependente, que outra coisa não é senão a utilização do excedente, gerado pela especialização na exportação de produtos primários e retidos localmente, para modelar padrões de comportamento de forma a estimular a importação de manufaturas destinadas ao consumo, cristalizando um certo padrão de divisão internacional do trabalho. (FURTADO, 1984: 22-23, grifo do autor)

Furtado vai sugerindo a concepção desse modelo de modernização culturalmente dependente ao longo de sua obra. Já em *Formação* (1959), em sua leitura da necessidade de produtos importados em tempos coloniais, observava que esta constituía grande parte da renda líquida, sendo vínculo fundamental para a aculturação da classe dominante que retroalimentou o Brasil como substrato europeu. Tratava-se, contudo, de uma interação mercantil.

O conceito consolida-se, porém, quando Furtado aproxima sua preocupação com o processo de difusão da civilização industrial, que possibilita um acesso ampliado aos produtos modernos sem alterações das forças produtivas. Ao passo que emerge e generaliza-se uma sociedade industrial de grandes proporções, faz-se possível para a elite brasileira um engajamento agudo no consumo de bens modernos.

Na entrada do século XX, a modernização se intensificou. Operava como um importante mecanismo de preservação da rentabilidade da elite agrícola. Em Furtado (1984), vemos que no período de alta dos preços do café, a expansão da lucratividade dos cafeicultores retinha ganhos muito acima da expansão dos salários. Acontece que, em uma situação adversa, de queda de preços, o desequilíbrio externo de uma economia que importava cada vez mais e

dependia desses produtos era corrigido pela depreciação cambial, tornando os importados mais caros e socializando as perdas dos produtores. Desse modo, a manutenção da de uma mão de obra extensivamente grande, ainda que com baixos salários, era também uma política ativa da classe dominante.

Seria, em um primeiro momento, através da expansão da lucratividade do café, que se intensificaria esse processo no Brasil. A expansão absoluta da renda nesse período decorre, como Furtado observa, da transferência de mão de obra dos setores de subsistência para o setor assalariado ligado a exportação do café. Mesmo que a compressão do salário real na mão de obra cafeeira existisse, ela não impediu que muitos trabalhadores migrassem de setores com baixa ou nenhuma renda, elevando assim, extensivamente, a mão de obra assalariada.

Isso significou certa generalização do mercado consumidor que seria de grande importância para as transformações Brasil do século XX. Seria o impulso formador de uma camada de classe média e da constituição de um mercado interno ainda que restrito. O acesso a bens de consumo importados cresceu com a intensificação do modelo de modernização dependente ainda que em uma pequena minoria. Furtado mostra como esse modelo impacta na formação de um Brasil urbano:

No Brasil, devido à concentração de propriedade territorial e à abundância da força de trabalho na agricultura de subsistência, os aumentos da produtividade beneficiaram principalmente uma pequena minoria. Entretanto, em razão do tamanho da população, essa minoria modernizada foi suficientemente grande para permitir um amplo desenvolvimento urbano e um começo de industrialização. (FURTADO, 1974: 98)

Furtado identifica, nesse período, o encadeamento ainda que débil de um setor industrial que se expressava por duas vertentes. Uma indústria adjacente ao setor exportador, atuando em atividades complementares para intensificar a eficiência do comércio exterior. E uma indústria adjacente ao setor importador, de manufaturas complementares e permitidas pela expansão do mercado interno:

As duas faixas de industrialização que vimos de referir conjugaram-se no Brasil, em uma dimensão significativa, produzindo-se certa autonomia das iniciativas industriais com respeito ao elemento dinâmico principal da economia, que eram as exportações de produtos primários. (FURTADO, 1972: 17)

Veremos na próxima seção como Ribeiro avalia o mesmo processo de modernização dentro de sua proposta metodológica.

4.1.2. A modernização reflexa

Analogamente, Darcy Ribeiro nos apresenta ao seu conceito de modernização dentro da proposta metodológica iniciada em *O Processo Civilizatório* (1968). Usando sua definição de atualização histórica, Ribeiro incorpora o sentido de modernização reflexa dos países que se integraram indiretamente no sistema industrial. Para isso, fez-se fundamental uma expansão ainda que limitada da indústria dos centros, somente para permitir mais eficácia à especialização na produção de gêneros agrícolas. Em suas palavras:

No corpo desses processos de incorporação ou atualização histórica é que se devem situar os movimentos através dos quais uma sociedade sofre os efeitos indiretos de alterações havidas no sistema adaptativo de outras sociedades. Em muitos casos, esses efeitos produzem profundas transformações progressistas em seu modo de vida, mas conduzem fatalmente ao estabelecimento de relações de dependência entre a sociedade reitora e a sociedade periférica, sujeita à ação reflexa. Tal ocorre, por exemplo, com a difusão dos produtos da revolução industrial, como instalações de ferrovias ou de portos que "modernizaram" enormes áreas em todo o mundo extra-europeu, apenas para fazê-las mais eficazes como produtoras de certos artigos, mas que, nada obstante, as tornaram importadoras de bens industriais. (RIBEIRO, 1968: 45)

Ribeiro observa o efeito reflexo do progresso civilizatório na formação de sociedades auxiliares: “Como se vê, o impacto da revolução industrial se imprime diferencialmente, conforme se exerça direta ou indiretamente sobre os povos” (RIBEIRO, 1968: 164). Para ele, isso configuraria polos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, interativos da mesma civilização:

Ambos são produtos das mesmas forças renovadoras que, no primeiro caso, realizaram suas potencialidades pela aceleração evolutiva; e, no outro caso, vendo-se limitadas externamente pela espoliação imperialista e, internamente, pela constrição oligárquica, configuram-se como um processo de atualização histórica incapaz de conduzir ao desenvolvimento autônomo. (RIBEIRO, 1968: 165)

À medida que a modernização passa a afetar os processos produtivos dos países especializados em matérias-primas, uma série de inovações complementares eram implementadas visando aumentar a eficiência. Nesse sentido, o setor rentável, que na época era o cafeeiro, torna-se reitor desse intercâmbio modernizador, fato que o torna gradualmente mais dependente das novas tecnologias que incorpora de fora. Ribeiro explica:

Com esse procedimento, intensifica-se a exploração dos povos situados em posição subalterna dentro do sistema, porque esta passa a ser fomentada pelo próprio

instrumental de industrialização que provê ferrovias, portos, sistemas modernos de comunicação e maquinaria especializada para suas atividades produtivas. Sua subordinação à órbita da potência-líder também se acentua porque, paradoxalmente, cumpre às nações dependentes pagar este instrumental que as torna mais eficazes como provedoras de matérias-primas às nações industrializadas. (RIBEIRO, 1968: 161-162)

Nesse quadro de atualização histórica via modernização reflexa, Ribeiro insere o Brasil na entrada do século XX, observando como o setor acumulador que era a economia de exportação cafeeira defendia o setor importador do qual era dependente. Acerca desse período o autor sublinha:

Nas primeiras décadas do século XX intensifica-se a modernização reflexa, característica dos processos de atualização histórica. As forças renovadoras da Revolução Industrial, apesar de condicionadas aos imperativos do monopólio da terra, da economia de exportação com que se pagavam as importações, e à defesa dos interesses do patronato parasitário do comércio de importação, enseja a tecnificação dos transportes, a introdução das máquinas a vapor, da eletricidade etc., e com elas, primeiro, a imigração maciça e, depois, a urbanização acelerada. Surgem, assim, núcleos urbanos em crescente expansão e um mercado interno cada vez mais alentado que propicia a implantação de oficinas e manufaturas, convertidas, mais tarde, em fábricas. (RIBEIRO, 1972: 81, grifo nosso)

Por esse meio, o Brasil integra-se a economia mundial dando maior eficiência ao seu sistema produtivo, ainda que refém da demanda externa pelos seus gêneros de exportação. Em consequência, o país consolida seu viés importador de produtos industriais:

Nestas circunstâncias se alteram os modos de produção pela absorção de produtos acabados da civilização industrial (motores e máquinas), permitindo uma melhor integração do Brasil na economia mundial como produtor de gêneros tropicais e importador de artigos industriais. (RIBEIRO, 1972: 114)

O quadro de modernização proposto pelos dois autores nos habilita a aproximá-los, à medida que dão relevância central para a relação de dependência entre a acumulação da atividade exportadora e a adoção de padrões de consumo imitativos de modos de ser e existir das sociedades europeias.

A principal vicissitude nesse processo está exposta como muita evidência. Se a sociedade brasileira dispunha de níveis de renda muito inferiores aos da sociedade cujos produtos e comportamentos imitava, parece correto supor que a modernização se concentraria em uma faixa muito restrita da população, ampliando o fosso entre esta e grande massa da população. A esse grande distanciamento cultural que daremos atenção na próxima seção.

4.2. A marginalização cultural

4.2.1. O distanciamento entre elite e povo

O processo de modernização que pudemos analisar através dos autores, se, por um lado, atingia os estratos dominantes pela adoção de padrões de consumo de sociedades industriais, por outro, pouco ou nada penetravam na síntese cultural popular. A expressão desta permanência marginalizada dos padrões de comportamento da elite e encontrou certo espaço para desenvolver-se. Com a abolição, junto ao grande excedente de mão de obra livre que se formou nos setores de subsistência, somou-se um contingente de mais de um milhão e meio de escravos¹³. Sobre esse contexto, Furtado explica:

Assim, desprezado pelas elites, o povo continua seu processo formativo com considerável autonomia, o que permitirá que as raízes não europeias da sua cultura se consolidem e que sua força criativa se expanda menos inibida em face da cultura da classe dominante. (FURTADO, 1984: 23)

De fato, Furtado (1984) mostra que a marginalização cultural do povo será esse o traço fundamental desse processo de modernização:

O distanciamento entre elite e povo será a característica marcante do quadro cultural que emerge nesse período. As elites, como que hipnotizadas, voltam-se para os centros de cultura europeia, de onde brotava o fluxo de bens de consumo que o excedente do comércio exterior permitia adquirir. (...) O povo era reduzido a uma referência negativa, símbolo do atraso, atribuindo-se significado nulo à sua herança cultural não europeia e recusando-se valia a sua criatividade artística. (FURTADO, 1984: 23)

O autor mostra que à margem da difusão da modernidade que o extrato dominante consumia, o povo brasileiro voltava-se para si mesmo. Nesse empreendimento ocultado dos circuitos artísticos e comerciais, desenvolveu-se e regionalizou-se uma cultura popular ímpar, carregada das mais diversas manifestações e expressões. “A diferenciação regional do Brasil deve-se essencialmente à autonomia criativa da cultura de raízes populares” (FURTADO, 1984: 23). Sintetizando os fragmentos do patrimônio original, as matrizes formadoras da cultura brasileira negra e indígena, o povo recriará um acervo de riqueza incomensurável na busca de satisfazer suas condições de existência. Em entrevista para o documentário Choque cultural (1975), Furtado declarou:

¹³ Para tal estimativa, ver: Furtado ([1959]1986), p. 117.

O que me parece extraordinário no Brasil é a força enorme e criadora desse povo. Quiçá porque esteve mais longe e mais independente, não foi tão afetada. Não entrou na grande festa mimética de seguir a cultura de fora, estava distante. Desenvolveu um sistema de cultura próprio, com uma força considerável, com uma originalidade evidente. [CHOQUE, 1975] ¹⁴

A análise Furtado demonstra no documentário que, em contrapartida, as camadas populares não estavam isoladas economicamente do sistema industrial que conectavam a economia periférica brasileira nas economias centrais. Na realidade, o autor indica que o esforço acumulativo de uma sociedade que tenta imitar os padrões de consumo de sociedades muito mais avançadas exige níveis de rentabilidade que só são atingidos com o agravamento das desigualdades econômicas, resultado da pauperização salarial das camadas populares e da generalização da pobreza.

4.2.2. Cultura autentica e espúria

Darcy Ribeiro, na sua tentativa de encontrar explicação para incongruência da cultura brasileira, onde o exercício da modernização impunha condições severas de restrições existenciais para a maioria da sua população, buscou no antropólogo Edward Sapir o conceito de cultura autêntica e espúria. Nela, a organização da sociedade é fundada sobre um propósito que não é congruente com a satisfação das suas necessidades. É o que Ribeiro (1968) chama de condição de “proletariado externo”, onde uma sociedade trabalha para atender as necessidades de outra.

Se nos detivermos na explicação de Sapir, cultura genuína é aquela em que “as principais atividades do indivíduo devem satisfazer diretamente seus próprios impulsos criadores e emocionais, devem sempre representar mais que meios para um fim” (SAPIR, 1949: 292). Nesse sentido, o antropólogo busca imperiosamente distinguir o alinhamento aos fins que regem a cultura do grau de sofisticação da sociedade, mostrando que não necessariamente sociedades mais complexificadas, como a industrial de nossos dias, representam uma teia social onde indivíduos encontram satisfação das suas necessidades existenciais.

Quando olhamos para a sociedade brasileira modernizada pelo consumo, onde os esforços de se integrar ao sistema econômico mundial exigiam um depauperamento das

¹⁴ CHOQUE Cultural. Direção: Zelito Viana. Rio de Janeiro: Mapa Produções, 1975. 22min, Cor, 16mm. Online. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TWIghDYEJQA>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

condições sociais, podemos observar que nada nela contribui para melhorar as condições de existência da massa da população. Comparemos com a definição de cultura espúria em Sapir: “A cultura que não se constrói com os interesses e desejos centrais de seus portadores, que opera partindo de fins gerais até o indivíduo é uma cultura espúria. A cultura autêntica é interna, ela opera do indivíduo para os fins” (SAPIR, 1949: 293).

Ribeiro demonstra por essa apreciação de Sapir (1949) que o povo brasileiro, excluído da modernização, a não ser dos efeitos indiretos que esta lhe impunha sobre o trabalho, encontra na marginalizada cultura popular a expressão de sua criatividade frente às duras condições que lhe são impostas. Em síntese, explica:

Nessas circunstâncias, é principalmente nas camadas subalternas e como cultura vulgar que se exerce a criatividade que viria atender aos requisitos necessários à sobrevivência material (através da criação ou reelaboração de técnicas adaptativas); à convivência humana (através da criação de múltiplas formas de associação que exorbitavam das regulações destinadas a organizar o trabalho produtivo); e ao atendimento de necessidades espirituais (mediante a criação de cultos sincréticos, da fixação de mitos e lendas com que se explicava a natureza e a sociedade, e da criação artística). Foi por meio dessa cultura vulgar – recheada de elementos indígenas e africanos – que o povo brasileiro edificou, com os pobres tijolos e cimentos de que dispunha, a cultura nacional no que tinha de assentado na terra e de significativo para toda a população. (RIBEIRO, 1972: 107-108)

Parece plausível admitir em Ribeiro que a criatividade cultural popular exerceu-se como uma adaptação “genuína” a uma cultura espúria imposta pela classe dominante, que buscava marginalizar o seu conteúdo popular e remetê-lo ao atraso. Nas palavras do autor:

O mal residia e ainda reside na rejeição de tudo que era nacional e principalmente popular, como sendo ruim, porque impregnado da subalternidade da terra tropical e da inferioridade dos povos de cor. Gerações de brasileiros foram alienadas por essa inautenticidade essencial de sua postura, que os tornava infelizes por serem tal qual eram e vexados pelos ancestrais que tiveram. (RIBEIRO, 1972: 109)

Demais, Ribeiro mostrava que a marginalização da cultura popular representou a alienação cultural necessária para que a modernização fosse posta em marcha pela classe dirigente:

Nestas circunstâncias, a alienação passou a ser a condição mesma desta classe dominante, inconformada com seu mundo atrasado, que só mediocrementemente conseguia imitar o estrangeiro, cega para os valores de sua terra e sua gente. O grave é que esta alienação, tornando a classe dominante incapaz de ver e compreender a sociedade em que vivia, a tornava também inapta para propor-se um projeto nacional de desenvolvimento autônomo. (RIBEIRO, 1972: 109)

Nessa primeira fase da modernização, reforçaram-se as tendências antissociais do processo de modernização, operando pela marginalização da cultura popular e a alienação da classe dirigente para fundar um ethos¹⁵ nacional de atraso versus progresso. Esse movimento corresponde à modernização nas condições de especialização da exportação de gêneros tropicais, que conduziria ao progresso pela introdução de produtos e modos de vida das sociedades avançadas. Veremos como reflexamente às restrições impostas pela economia internacional, o Brasil desenvolverá o seu modelo de industrialização e em que condições ele poderá prosperar.

4.3. O “modelo” brasileiro

A gênese do conceito de modernização em Furtado está no seu volume de *Análise do ‘Modelo’ Brasileiro* (1972). Essa obra, escrita no auge econômico do regime militar, buscava explicar sobre quais condições operava o modelo de industrialização brasileiro do período ditatorial. O debate econômico do pós-guerra deu grande ênfase na tese de que o processo de industrialização seria capaz de conduzir à superação do subdesenvolvimento. A obra de Furtado vem justamente para questionar essa tese, mostrando como que um caso de industrialização em condições de subdesenvolvimento como a brasileira poderia constituir em um agravamento da condição de dependência e da desigualdade social.

O autor explica que as condições da modernização que operavam até finais dos anos 20 pautavam-se pela especialização no contexto da divisão internacional do trabalho. O chamado “desenvolvimento para fora”, assimilava o progresso tecnológico pela modernização dos padrões de consumo, beneficiando-se do excedente da exportação do café, sem alterar significativamente a estrutura produtiva (FURTADO, 1972).

Esse contexto foi severamente alterado pela crise econômica mundial, significando uma ruptura do sistema vigente. Furtado explica:

A partir do momento em que entrou em declínio, o sistema de divisão internacional do trabalho – ou seja, quando a demanda internacional de produtos primários passou a crescer com relativa lentidão – os países subdesenvolvidos tiveram de tomar o caminho da industrialização (FURTADO, 1972: 11)

¹⁵ Ethos, do grego, “costume”, “caráter”. De acordo com o Dicionário Houaiss: “reunião de traços psicossociais que definem a identidade de uma determinada cultura”.

O caminho foi a da industrialização pela substituição de importações que significou uma transferência da descontinuidade no perfil da demanda para a estrutura do aparato produtivo interno. Isso resultou na internalização de empresas de bens de capital de setores importantes como o da mineração, petróleo, energia elétrica, siderurgia e química básica, com a participação ativa do estado no financiamento (FURTADO, 1972). Furtado mostra que a política cambial e fiscal foi orientada nesse sentido, visando à formação de capital.

Com a ampliação da cidadania urbana, intensificou-se a transferência de mão de obra de setores rurais de subsistência que sofriam com a concentração fundiária para o setor industrial e a consequente expansão das cidades e do mercado interno. O resultado foi a formação de uma classe média urbana de proporções relevantes, ainda que reduzidas perto do total da população, fenômeno ampliou a participação do consumo na renda nacional, acelerada pelo aumento da liquidez e da expansão inflacionária.

Além das empresas estatais concentradas no setor de energia e infraestrutura, Furtado demonstra que a ampliação do mercado interno contribuiu para a formação de duas indústrias mais bem definidas. A primeira, formada por empresários domésticos, controlava a indústria de bens não duráveis, voltados para a massa da população. Como a renda dessa faixa crescia muito lentamente, essa indústria encontrava restrições para desenvolver-se e foi se beneficiando pelo crescimento absoluto da mão de obra urbana, que tinha acesso ao salário mínimo. A outra contraparte era a indústria de equipamentos e bens de consumos duráveis, formadas por grandes empresas transnacionais que operavam com sedes subsidiárias no Brasil, dominando o setor de progresso tecnológico e de introdução de novos produtos. (FURTADO, 1974)

Em todos os casos, Furtado demonstra que a rentabilidade desse setor industrial instalado só podia ser assegurada pelo “papel autônomo desempenhado pelo governo, tanto subsidiando investimento como ampliando a demanda” (FURTADO, 1974: 102). A restrição de demanda parecia ser o fator limitante fundamental da expansão do modelo industrial. Veremos como esse problema será contornado pelo regime militar, onde o autoritarismo político poderá orientar a modernização dependente na fase da industrialização coetânea a uma economia internacional mais aberta, que sucedeu a substituição de importações.

4.3.1. Diversificação versus difusão do consumo

Em linhas gerais, *A análise do ‘modelo’ brasileiro* (1972) mostra que o contexto econômico do Brasil dos anos 60 era o de um parque industrial complexo e diversificado. No

entanto, o desenvolvimento da indústria brasileira demonstrou que, ao contrário do que supunha a hipótese do modelo de Lewis, a industrialização era incapaz de dinamizar os salários do conjunto da economia brasileira. Esse quadro de agravamento no perfil da demanda interna resultava de um excedente estrutural de mão de obra, que, como vimos, era a expressão de um povo marginalizado, sem-terra e com pouca ou nenhuma capacidade de assimilar um novo paradigma de mão de obra especializada.

A apreciação dessa relação no sentido de um modelo econômico se apresenta em Furtado (1972) de maneira relativamente simples. A presença de uma oferta completamente elástica de mão de obra mantém uma taxa de salário constante no setor industrial, vinculada ao salário de subsistência dos setores tradicionais. Desse modo, o aumento da produtividade em razão do incremento técnico, converte-se em expansão dos lucros industriais, concentrando riqueza e renda.

Para entender essa tendência, precisaremos analisar a proposta de Furtado (1972) sobre os dois processos complementares de dinamização da demanda: a diversificação e a difusão do consumo, isto é, a introdução de novos produtos e a generalização do consumo destes para camadas mais amplas da população.

Num quadro onde o incremento de produtividade se transfere para o aumento dos salários, é relativamente mais caro introduzir novos produtos do que difundir o uso dos produtos já conhecidos, onde se encontraria uma demanda ampla. Dessa forma, o primeiro processo dependeria mais do investimento e o segundo mais do consumo. Pela ótica do produto, se temos uma restrição ao consumo dada pela concentração de renda, para a manutenção do mesmo produto, exigir-se-ia um maior esforço relativo do investimento, isto é, uma expansão voltada para a introdução de novas tecnologias e absorção restrita do mercado. Furtado explica:

Simplificando: a estrutura industrial brasileira teve de adaptar-se, desde o início, a um perfil de demanda caracterizado por um desnível considerável entre os padrões de consumo da massa e os de uma pequena minoria; (...) A concentração da renda, ao entorpecer o processo de difusão em benefício do de diversificação, tende a repercutir negativamente na taxa de crescimento (FURTADO, 1972: 30)

Furtado explica que a economia tenderia a encontrar um ponto sub-ótimo de utilização da capacidade produtiva. O aproveitamento dessa tendência na elaboração de um modelo para enfrentar a conscrição de demanda foi o traço fundamental da política de crescimento adotada pelo regime militar. Para isso, identifica as quatro principais linhas de ação do governo:

- Desprivilegiar o salário mínimo em termos reais a partir da corrosão inflacionária, para equilibrá-lo com o salário de subsistência, fenômeno conhecido como arrocho salarial.
- Em decorrência do arrocho, fomentar a expansão absoluta da mão de obra aumentando o nível de capacidade.
- Fomentar a poupança das classe média-alta, desonerando tributação e corrigindo a inflação dessas aplicações.
- Fomentar o crédito, incentivando a minoria da classe média alta a consumir bens de consumo duráveis.

O determinante que unifica as quatro linhas de ação foi um processo de concentração da renda alavancando o mercado de bens duráveis via diversificação do consumo. O autor demonstra que este foi o grande impulso dinamizador da economia: “A ampliação relativa e absoluta do mercado de bens duráveis de consumo responde pela elevada taxa de expansão que se observa no Brasil a partir de 1968.”. Podemos observar que o processo de modernização no período industrial agravou a distancia social:

Ocorre, entretanto, que se essa política for levada adiante simultaneamente com outra visando a concentrar a renda em benefício da classe média alta, o resultado último será uma distância crescente entre os níveis de vida da massa e os da minoria de consumidores de bens duráveis. (FURTADO, 1972: 64)

Além disso, viria a reforçar o mimetismo cultural em relação aos países centrais. As indústrias que controlavam os bens de consumos duráveis e a introdução de novos produtos no Brasil eram regidas por decisões tomadas externamente. Nesse sentido, a intensificação na introdução de novos produtos aprofundou a dependência tecnológica dos países centrais:

Na medida em que o consumo da minoria de altas rendas deve acompanhar a evolução do consumo dos grupos de rendas médias e altas de países muito mais ricos(...) os limitados recursos disponíveis para investimento tenderão a ser absorvidos na diversificação do consumo em prejuízo do referido processo de difusão (FURTADO, 1972: 31)

Furtado explica como tal modelo reflete um caso substancial de industrialização em condições de subdesenvolvimento. Quanto maior for o grau de destinação do excedente para modernizar os padrões de consumo, maior será o esforço social do conjunto da população para assimilá-lo. O caso da disparidade entre a urbanização do Sudeste e a pauperização social do

sertão nordestino na década de 70, o qual constitui um exemplo muito ilustrativo da capacidade do “modelo” brasileiro de alargar o fosso entre os níveis de vida dos extratos dominantes e da massa da população condenada à penúria.

4.3.2. Dependência tecnológica

Darcy Ribeiro também observa o agravamento das condições de dependência no período da industrialização brasileira do pós-guerra. Nela, ampliam-se as proporções de uma indústria de consumo reproduzindo um padrão mimético que só poderia aprofundar os transtornos nos modos de vida e as desigualdades regionais:

Posteriormente, sobretudo no pós-guerra, uma imensa quantidade de mercadorias novas, como medicamentos, plásticos, meios de comunicação, formas de recreação, nos atou mais ainda ao mundo. Reagimos, procurando produzir esses bens aqui mesmo, num esforço de industrialização substitutiva das importações. Mas só o pudemos fazer associados a interesses estrangeiros que, se nos tornaram mais eficazes e modernos, nos fizeram mais lucrativos e úteis para eles que para nós, inclusive implantando um colonialismo interno que provocou intenso empobrecimento relativo de zonas de antiga ocupação. (RIBEIRO, 1995: 260)

Trata-se da generalização da cultura industrial do pós-guerra que tão poderosa ferramenta encontrou nos meios de comunicação para difundir-se. Ribeiro mostra que no Brasil essa indústria se aproveitará do movimento dinamizador da indústria de bens de consumo para instalar sedes locais das suas corporações multinacionais, usufruir da ampliação do mercado e da dependência, monopolizando a tecnologia. O autor vê nesse processo o que chama de “industrialização recolonizadora”, que só vem a reforçar o caráter da dependência tecnológica explícito na sua análise da industrialização brasileira. Explica:

Com a conversão do país em área de implantação de empresas internacionais, tecnologicamente avançadas e comandadas por suas matrizes, estas passam a operar como o mecanismo básico de recolonização. Jamais se alcança, por isso mesmo, o nível mínimo de domínio da tecnologia industrial e da autonomia empresarial que permitiriam assegurar condições de desencadear um processo de desenvolvimento autossustentado, capaz de elevar, um dia, o país à condição de um componente autônomo da nova civilização. (RIBEIRO, 1972: 114)

As rápidas transformações no sistema produtivo sobre formas arcaicas de mão de obra impedem que estas se beneficiem do progresso técnico. Demais, acabam por condenar o trabalho da grande massa à marginalização. Ribeiro, na sua condição de entusiasta do progresso

técnico, contraditoriamente, vê o que seria um impulso de aceleração evolutiva (a difusão da tecnologia) ser reduzido a um agravante da dependência tecnológica e da marginalidade:

Aparentemente, nesta última etapa, trata-se de uma aceleração evolutiva que atua através da difusão da tecnologia industrial. Processando-se, porém, como uma atualização histórica, essa implantação de indústrias, em lugar de gerar os efeitos de progresso que produzira nas nações autonomamente industrializadas, dá lugar a uma crescente dependência das nações periféricas e a um processo de modernização reflexa, gerador de deformações tão profundas que, na realidade, representam sua condenação ao atraso e à penúria. Nestas condições de industrialização recolonizadora, as populações crescem para marginalizar-se, porque não se lhes oferecem perspectivas de integrar-se no sistema produtivo modernizado. (RIBEIRO, 1968: 162)

Ambos os autores viam no modelo brasileiro de industrialização um agravamento das tendências autoritárias que conduziam a uma modernização imitativa que beneficiava a poucos e aprofundava as condições de dependência tecnológica e marginalização social. Furtado sintetiza:

A característica mais significativa do modelo brasileiro é a sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico. Assim, a durabilidade do sistema baseia-se grandemente na capacidade dos grupos dirigentes em suprimir todas as formas de oposição que seu caráter antissocial tende a estimular (FURTADO, 1974: 109)

Parece razoável supor que há uma repercussão de causa e efeito multiplicadora entre a dependência tecnológica e a heterogeneidade social: Se a diretriz política é de privilegiar a expansão da renda de uma minoria em detrimento da constrição geral dos salários, o constrangimento do consumo é inevitável e condiciona um novo esforço concentrador de dinamização da demanda. A concentração da renda condena a modernização a restringir-se a uma minoria populacional. Nas sociedades que lograram desvencilhar-se da dependência, a ampliação da demanda foi um condicionante fundamental para a internalização da tecnologia.

4.4. Identidade cultural

Nessa seção será proposto um diálogo intercalado de ideias de Furtado e Ribeiro sobre a dinâmica cultural sob o efeito de um novo paradigma: uma indústria de massa que ameaça transpor toda a diversidade cultural num só sistema global de cultura.

No Brasil, a sua expressão vem pela classe que se estabelece intermediária entre a elite e o povo, ou seja, a classe média que é majoritariamente urbana. Seu amálgama enquanto ávida consumidora da modernidade e interprete da cultura popular, concede-lhe um papel de eminente responsabilidade: impor a contaminação de valores da sociedade moderna às camadas populares, expostas aos veículos de difusão em massa ou contribuir para a tomada de consciência crítica da incongruência da cultura dominante, possibilitando a resistência cultural para amplificar a criatividade popular. Teremos capacidade de contribuir ativamente na geração de cultura de um sistema global ou apenas reagiremos a ele reflexamente, comprando cultura?

4.4.1. Descaracterização e consciência crítica

Dentro desse quadro que estamos analisando, Furtado (1984) dará grande relevância a um novo componente que atuaria em primeiro plano para desestabilizar o sistema de cultura brasileiro. A nova composição de forças políticas faz crescer no setor urbano uma classe média que, ainda que exígua frente à dimensão da massa da população, terá um papel de interferência e envolvimento na cultura popular. Nas palavras do autor:

É a emergência de uma classe média de importância econômica crescente que introduzirá elementos novos de peso na equação do processo cultural brasileiro. A classe média forma-se no quadro da modernização dependente, mediatizada por uma industrialização que segue as linhas da substituição de importações. Contudo, a grande maioria de seus elementos está demasiado próxima do povo para poder ignorar a significação cultural deste. Mas ainda, o caráter de massa da cultura da classe média faz com que suas relações com o povo sejam não de exclusão, como era o caso das elites bovaristas, e sim de envolvimento e penetração (FURTADO, 1984: 24)

Com a ascensão dessa classe intermediária, rui o que Ribeiro chama de “dicotomia do ethos nacional” (RIBEIRO, 1972: 115), onde a cultura popular e a erudita se opunham como significações de atraso e progresso. Por sua vez, plasma-se por essa classe média um modo de ser ocidental baseado, sobretudo, no padrão de vida norte-americano que vai, em maior ou menor medida, atingir a todos e acelerar o comportamento cultural mimético da cultura brasileira. Furtado exprime apuradamente: “A ascensão da cultura de classe média é o fim do isolamento do povo, mas também o começo da descaracterização deste como força criativa” (FURTADO, 1984: 24).

A urbanização quando propõe uma dinâmica social interativa entre povo e classe média, faz de um cenário de enorme distância socioeconômica um exemplo de penetração cultural.

Nessa fase mais dinâmica da expansão industrial do pós-guerra, um movimento preocupará ambos os autores no quadro da difusão dos sistemas de cultura: a descaracterização da cultura popular como força criativa. Terá essa cultura exógena tamanha capacidade de propagação que almejará englobar todo o sistema de cultura dentro de seu mercado.

A indústria de massa capitalista é uma fábrica vendável de cultura, onde tudo o que se cria adquire um valor de troca. É chamado “processo de globalização do sistema de cultura” (FURTADO, 1984: 24). Para Furtado, ele tende a consolidar as potências detentoras do paradigma tecnológico como “países especializados na produção e exportação de produtos culturais, graças ao avanço tecnológico e poder econômico, em direção aos quais tende a drenar-se a força criativa de outros povos” (D’AGUIAR FURTADO, 2012: 58)¹⁶.

Ribeiro explica como atua esse sistema, destacando o movimento da indústria cultural por seu caráter indubitavelmente homogeneizante:

Todo esse processo se agrava, movido em nossos dias pela força prodigiosa da indústria cultural que, através do rádio, do cinema, da televisão e de inúmeros outros meios de comunicação cultural, ameaça tornar ainda mais obsoleta a cultura brasileira tradicional para nos impor a massa de bens culturais e respectivas condutas que dominam o mundo inteiro. Nós que sempre fomos criativos nas artes populares e de tudo que estivesse ao alcance do povo-massa, nos vemos hoje mais ameaçados do que nunca de perder essa criatividade em benefício de uma universalização de qualidade duvidosa. (RIBEIRO, 1995: 263)

A classe média, por seu papel de reprodutora de padrões de consumo, é o satélite de recepção desses modos de ser, viver, vestir, morar, da indústria americana. Nesse sentido, a pressão aculturadora que carrega impõe sobre o povo seus produtos. No entanto, serão os contornos populares em sua especificidade regional que o diferenciarão culturalmente:

Comprimida por todas essas pressões transformadoras, a cultura popular brasileira tradicional, tornada arcaica, se vai transfigurando em novos moldes. Estes, embora correspondentes ao padrão "ocidental" comum às sociedades pós-industriais, assumem no Brasil qualidades peculiares relacionadas à especificidade do processo histórico nacional. Como essas variam por regiões, as áreas culturais operam como estruturas de resistência à mudança, num esforço de preservação de suas características. (RIBEIRO, 1995: 265)

Há uma tendência de permanente de descaracterização da cultura popular com a intromissão desses elementos. Por isso, Furtado sugere o questionamento:

¹⁶ Trata-se do texto “Economia e cultura” (1988) redigido por Furtado para integrar o estudo “Economia e cultura: reflexões sobre as indústrias culturais no Brasil” elaborado pelo Ministério da Cultura em parceria com a Fundação João Pinheiro.

Como preservar o gênio inventivo de nossa cultura em face da necessidade de assimilar técnicas que, se aumentam nossa capacidade de ação, nossa eficácia, também são fatores que com frequência mutilam nossa identidade cultural? (FURTADO, 1984: 31)

Para evitar a descaracterização, o autor explica que devemos contribuir ativamente para o enriquecimento do sistema de cultura. Esse exercício passa pela exploração até o limiar da consciência possível de como permitir que a criatividade da cultura popular se exerça livremente. O caminho, mostra Furtado, vem do reencontro da vontade política com os valores permanentes da cultura (FURTADO, 1984), para que seja posta em prática uma política de desenvolvimento que busque estar alinhada com os anseios últimos do povo.

A palavra identidade cultural surge como uma resposta imanente na resistência à descaracterização: “resta saber se temos ou não possibilidade de preservar nossa identidade cultural. Sem isso, seremos reduzidos ao papel de passivos consumidores de bens culturais concebidos por outros povos” (FURTADO, 1984: 25).

Furtado explica o outro lado dessa interação. As classes intermediárias têm a capacidade de dar visibilidade à cultura popular e estas, em contrapartida, de lhes emprestar originalidade e criatividade. Por estar em contato com o povo, a classe média tem a possibilidade de aprofundar sua consciência de identidade cultural, à medida que redescobrem uma cultura que responde melhor aos seus anseios de existência.

O contato com a cultura popular aprofunda a consciência dos processos que atuaram sobre os povos formadores da nossa cultura, no sentido de suscitar uma reflexão crítica sobre a narrativa hegemônica legitimada pela estrutura vigente. Furtado explica:

A emergência de uma consciência crítica em alguns segmentos da classe média está contribuindo para elevar o grau de percepção dos valores culturais de origem popular, criando áreas de resistência ao processo de descaracterização. Uma nova síntese, capaz de expressar a personalidade cultural brasileira, depende, para definir-se, da consolidação dessa consciência crítica, pois somente ela pode preservar os espaços de criatividade que sobrevivem na massa popular. (FURTADO, 1984: 25)

A experiência cultural revela-se como uma tomada de consciência esclarecedora de um esquecimento praticado diariamente pela imposição de um projeto excludente. Nas palavras do teórico da cultura Homi Bhabha, estudioso do conceito de identidade: “Ser obrigado a esquecer – na construção do presente nacional – não é uma questão de memória histórica; é a construção

de um discurso sobre a sociedade que desempenha a totalização problemática da vontade nacional” (BHABHA, 2007: 226).

A reflexão crítica permite a ruptura desse sistema vigente, de modo que se possa propor uma realização plena da vontade nacional por um projeto que esteja alinhado com os anseios populares. Darcy Ribeiro parece concordar com isso:

No plano erudito, porém, se pode formular explicitamente uma consciência crítica pela exploração exaustiva e sistemática dos limiares da consciência possível em cada conjuntura histórica. A consciência crítica brasileira é encarnada, presentemente, pelos intelectuais que, percebendo o caráter circunstancial e erradicável do atraso, indagam das causas reais do subdesenvolvimento, formulando estratégias libertárias e prefigurando o modelo de sociedade que convém a seu povo. (RIBEIRO, 1972: 133)

Se a tomada de consciência crítica permite ressignificar a cultura popular como uma vertente muito mais apropriada de resposta aos nossos anseios, o desafio mais contundente do dilema da dependência cultural brasileira, que transita entre a descaracterização do seu povo pela modernização e a construção de uma identidade, está na elaboração de um realinhamento dos valores culturais com um projeto de desenvolvimento socialmente inclusivo. Nas palavras de Ribeiro:

Assim, a tarefa histórica, para o povo brasileiro, situa-se, no plano ideológico, como o desafio de amadurecer uma consciência crítica capacitada a compreender a realidade brasileira, a formular um projeto nacional realista e motivador de desenvolvimento pleno e autônomo e apta a formular uma estratégia que permita mobilizar as forças populares para enfrentar a conjura de interesses que mantém a nação atada ao subdesenvolvimento. (RIBEIRO, 1972: 134-135)

Celso Furtado, com grande discernimento, nos introduz em *Cultura e desenvolvimento* (1984) às premissas de um modelo desse tipo, que pode nos ajudar a visualizar, num plano tangível, os caminhos para se superar vínculos atávicos de dependência. Veremos a seguir como este conceito se estrutura.

4.4.2. O desenvolvimento endógeno

A análise de Furtado acerca da evolução do sistema de cultura chega a tal dimensão que é capaz de subordinar componentes econômicos e sociopolíticos para propor uma “base cultural” que os condiciona. A cultura, agora como um sistema global permanentemente

enriquecido, constitui para uma sociedade como a brasileira, tão traumatizada pelos seus processos históricos, um imperativo desafio.

Esse consiste na tarefa de superar estigmas que torna a cultura brasileira incapaz de atender aos anseios de seu desenvolvimento. Para supor uma abordagem tão ampla, Furtado faz uso de dois estigmas essenciais. O primeiro deles é a heterogeneidade social, resultado de um excedente histórico de mão de obra que nunca pode beneficiar-se do incremento da produtividade técnica, nem ver esse incremento impulsionar e democratizar sua renda, assim como ocorreu nas sociedades centrais.

O segundo estigma, que dá nome a esse trabalho, é a condição de dependência cultural, fruto da desarticulação da cultura brasileira nos três processos históricos de integração na cultura ocidental que lhe acometeram. O primeiro como empresa colonial escravista, ao identificar-se como um substrato externo da coroa portuguesa. Depois como área neocolonial consumidora de bens modernos, por meio da utilização do excedente da especialização exportadora de gêneros agrícolas. Por último, com a industrialização dependente, que serviu para incorporar o Brasil na civilização industrial, inibindo a criatividade do seu povo e aprofundando o transtorno dos dois estigmas.

A elaboração de um modelo, que se ocupe de combater esses dois estigmas característicos da sociedade brasileira, está na origem de sua proposta de desenvolvimento endógeno. Corresponde ela a um modo de orientar o desenvolvimento a partir de conteúdos de cultura em linha com as necessidades da sociedade brasileira. Nas palavras de Furtado: “A endogeneidade não é outra coisa senão a faculdade que possui uma comunidade humana de ordenar o processo de acumulação em função de prioridades por ela mesma definidas” (FURTADO, 1984: 108).

O cerne do modelo de endogeneidade é ocupado pela ideia de identidade cultural. Esta dá sentido real à cultura, desmistificando as implantações aculturativas para potencializar o acervo da cultura daquele povo. Valorizando e liberando as energias criativas populares, busca-se reverter a dependência cultural a que esses povos foram submetidos:

Enfatiza-se, além disso, o papel relevante que têm nesta consolidação aqueles grupos sociais que, por terem ficado econômica e socialmente excluídos dos padrões de consumo e de vida criados nos países centrais, puderam reproduzir e manter parte de suas mais profundas raízes culturais. Entende-se que nestes grupos sociais e nestas raízes existem potencialidades de criatividade, cuja emergência se configura como virtualmente essencial para o desenvolvimento. (RODRIGUEZ, 2009: 437)

Uma condição para que seja resgatada a criatividade cultural passa pela intencionalidade política que garante espaço para maior participação popular nas decisões e prioridades nacionais. Uma vez que o espaço para definir prioridades está tanto mais aberto democraticamente, permite-se uma acepção clara dos fins últimos que persegue aquele grupo social, respaldadas agora pelo exercício político.

O desenvolvimento endógeno passa também pelo combate à heterogeneidade social, no seu mecanismo mais concentrador que é o da destinação de grande parte do excedente para a imitação de padrões de consumo estrangeiros. Em contrapartida, estimula-se a dinamização do mercado interno. Essa reforma buscará estabelecer poupança interna que permita a condução de um projeto de homogeneização social (FURTADO, 1984).

Visto que podemos admitir, a partir da noção de foco cultural em Herskovits – que já podemos nos deter – que a área dinâmica da cultura da civilização atual é a tecnologia, estamos dispostos a estabelecer uma identidade entre a dependência cultural e a dependência tecnológica. O que Furtado nos mostra é que mesmo a elite modernizada pelos padrões de consumo não é capaz de resolver o problema dependência tecnológica: “A utilização do excedente (...) no financiamento do consumo de uma minoria da população permite contornar o obstáculo da insuficiência de recursos, mas não o do atraso tecnológico” (FURTADO, 1984: 116).

A heterogeneidade social é um imperativo de um mercado com demanda restrita. Se esse formato de demanda tende, como já vimos, a privilegiar a introdução de novos produtos em detrimento da difusão dos produtos já conhecidos, teremos uma crescente dependência tecnológica e nunca a possibilidade de internalizar inovações.

Furtado mostra que a relação entre heterogeneidade social e dependência tecnológica constitui dois lados de uma só moeda. O grande desafio está na liberação e preservação das energias criativas da cultura, essas sim capazes de conceber novos paradigmas. Em síntese:

Para garantir a endogeneidade do desenvolvimento destes países, o dilema central que deverá ser resolvido passa pelo acesso às tecnologias modernas, sem que isso implique a adoção dos valores que desarticulam e mutilam sua identidade cultural. Hoje, como ontem, as tecnologias refletem os contextos culturais em que surgem, e seu transplante acrítico implica a uniformização de padrões de comportamento que impedem um desenvolvimento a partir de condições culturais específicas. (RODRIGUEZ, 2009: 437)

Já não é possível conceber um sistema isolado do paradigma atual que é a tecnologia moderna, e enquanto esta é uma expressão da cultura material é, portanto, parte integrante de

um todo cultural. Daí o princípio da endogeneidade: só puderam as tecnologias ser desenvolvidas porque havia uma sociedade culturalmente livre para criá-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho que aqui se apresenta nasceu de um esforço amplo e audaz: aproximar dois pensadores brasileiros, sem dispor de evidências materiais de seu diálogo. Amplo porque, destarte, os autores partem de suas distintas áreas de compromisso científico e aproximá-los é deslizar para uma declarada interdisciplinaridade. Audaz, pois, uma vez que construíram em suas áreas teorias sobejamente discutidas na academia e inauguraram nelas distintas vertentes do pensamento científico, incorrer numa tentativa de aproximação é transitar por dois mundos em si já muito consolidados.

Por acaso ou não, Furtado vem a ocupar em 31 de outubro de 1997 a cadeira 11 da Academia Brasileira de Letras no lugar de Darcy Ribeiro. Em seu discurso de posse, fazendo longa deferência a Ribeiro, Furtado declarou: “a diferença essencial que existia entre nós dois estava em que eu tinha percepção crítica da nossa realidade social, mas dela partia e a ela me adaptava, ao passo que Darcy a rejeitava e alimentava a esperança de transformá-la radicalmente”¹⁷. Ali, estavam postas as visões de um revolucionário e um reformista, que tiveram a oportunidade de trabalhar juntos no mandato de João Goulart como ministros do mesmo governo.

Notoriamente, Darcy Ribeiro e Celso Furtado, se percorreram distintas trajetórias e ideais, por muitos traços e posturas se assemelharam. Seja em suas destacadas atividades intelectuais, norteadas por uma intensa sede de saberes, ou em suas corajosas e pragmáticas funções políticas, constituíram a síntese do que pode se chamar de “intelectuais públicos”. Em comum, orientava-lhes um forte sentimento de orgulho e admiração pelo país, não por um impulso nacionalista artificial e grosseiro, mas pela responsabilidade que sentiam em falar da sua gente para sua gente. A nação é apenas uma ideia. O povo é uma realidade. Não é ilusório admitir que, para Ribeiro e Furtado, o Brasil significava povo brasileiro.

Desvendar essa teia de significados que envolve um país foi matéria de profunda importância para ambos. Desmistificar o Brasil como uma ideia para olhar com nitidez para os contornos que assumem o povo em sua essência, permitiu a eles acercarem-se do conceito de cultura. A partir dele seria possível ressignificar o Brasil, detendo-se ao percurso histórico como meio para avaliar o desdobramento que a cultura adquire, e pelas variáveis exógenas e endógenas que a transformam.

¹⁷ FURTADO, Celso. Discurso de posse. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/celso-furtado/discurso-de-posse>>. Acesso em: 10 jun. 2019

A partir do momento que Celso Furtado e Darcy Ribeiro decidem estudar o Brasil pela sua cultura, passam voluntaria ou involuntariamente a recorrer a referências similares, métodos coetâneos, contemporâneos e, por vezes, idênticos. É o caso da antropologia cultural que empresta a este trabalho caríssimos conceitos, soerguendo-se na tentativa de grande responsabilidade intelectual de ir contra o determinismo científico e, em consequência, contra a própria visão científica que lhes dava origem. A antropologia cultural viu na batalha contra o etnocentrismo o caminho para explorar visões de mundo que a lente dos seus próprios olhos não era capaz de perceber.

Herdariam desse caminho percorrido pela vertente culturalista, Furtado e Ribeiro, relativismo cultural suficiente para questionar as noções de atraso e progresso, criatividade e dependência e, a mais refinada de suas análises: a crítica ao desenvolvimento. Quando a cultura é a representação que melhor exprime as respostas aos nossos anseios e nos elucida quem somos, falar em atraso e progresso como variáveis do desenvolvimento, quando estes apenas constituem níveis tecnológicos, parece ser um deslize para um evidente reducionismo. Uma sociedade não pode progredir enquanto seus desejos não são cumpridos pela sua cultura, da mesma forma que não pode desenvolver-se se a cultura que lhe é imposta frustra as prioridades almejadas por ela e inibe a sua criatividade.

O Brasil constitui para os autores uma matéria abissal de estudo dessas interações. Nesse sentido, Furtado e Ribeiro se assemelhariam mais uma vez, pois vão ler o Brasil desde sua gênese, tendo a cultura brasileira como objeto de estudo e a história como orientação. Ribeiro didaticamente divide os problemas da cultura brasileira em três fases que nesse trabalho se estruturam em três capítulos: o período colonial, o período neocolonial e o período nacional. Furtado, por sua vez, terá produção em história econômica para cada uma dessas fases e, ainda que gradualmente vá dando contornos a uma problematização cultural em sua obra, seu esboço já está desenhado desde seus estudos de formação econômica, pela preocupação em delinear uma teoria da dependência ao longo dos processos históricos.

A primeira dessas fases será ler o Brasil desde seu propósito de formação: o período colonial. Nele, os problemas da cultura que frustram seu povo nascem com a consolidação do projeto colonial, à medida que se estabelece aqui uma extensão ultramarina do império português que nenhum compromisso tinha de organizar uma sociedade harmônica e sim de organizar uma produção. Com particular ênfase, Furtado nos irá sugerir que o Brasil constitui uma sociedade organizada em torno de um projeto econômico, o de construir uma empresa

exportadora para atender o mercado que se consolidava na Europa. Toda sua dinâmica social teve de moldar-se em torno dessa empresa e isso constituiu um grave transtorno cultural.

Sobre essa interação violenta correspondente à formação da cultura brasileira, Furtado comenta sobre o pioneirismo de Ribeiro:

“Darcy Ribeiro foi o primeiro pensador que, entre nós, partiu dos processos de desestruturação para captar o sentido global da formação de nossa cultura. (...) o marxismo vacinou-o contra a visão sociológica funcionalista que prevalecia em sua época, e isso permitiu-lhe ver como tragédia histórica os processos de deculturação entre os remanescentes dos povos indígenas que observou de perto. Sua visão dos primórdios de nosso processo histórico está marcada por esse ingrediente de tragédia que é a hecatombe de valores que caracteriza a formação inicial da cultura brasileira.”
(FURTADO, 1997)

Dessa leitura singular de Darcy Ribeiro, apreende-se o sentido do Brasil. O desajuste cultural desse projeto residiu na interação violenta entre os povos formadores da gente brasileira, o português e seus descendentes brancos, reitores da sociedade, e os povos nativos brasileiros e africanos que trabalharam por ela compulsoriamente.

Pela dinâmica colonial foram sequestrados e violentados seres humanos, povos de carne, osso e cultura, que, para atender as funções de exigência de trabalho de uma colônia, foram escravizados como gado humano. Não eram trabalhadores do açúcar, nem do ouro, do algodão, da borracha ou do café. Eram humanidades que carregavam um patrimônio sabe-se lá quão antigos, que expressavam sua criatividade em outros focos culturais, que transformavam a sua realidade a partir de elementos que talvez nunca sejamos capazes de compreender porque não passamos pelos mesmos processos. Eram, enfim, indígenas das mais diversas tribos, africanos das mais diversas origens e todas suas representações de mundo que, somadas, não caberiam nas palavras dos idiomas vivos.

A lógica dos processos civilizatórios que nos contou Ribeiro nos impôs a chamada aculturação, e dentro dela o seu trauma mais violento, a deculturação. Ela consiste na desidentificação e obliteração da sua cultura original e a transplantação de valores e modos de vida alheios, que, nesse caso, eram se adaptar pela língua, costumes e trabalho à violenta dinâmica colonial. Tamanho foi o imperativo genocida e etnocida que lhes acometeu que a memória cultural que lhes restou são fragmentos do patrimônio original que interagiram com o que lhes foi imposto e, ainda assim, tal patrimônio lhes exprimiu toda a sua criatividade para justificar, atender e colorir o que lhes restava de uma dura existência.

Para Ribeiro, esse amalgama racial, linguístico, étnico e cultural que ferveu em uma grande e violenta panela acabou por constituir o que chamamos de povo e cultura brasileiros.

A camada dirigente, pouco ou nada lhes tocou construir cultura. Quando reproduziam a cultura europeia, tinham as respostas culturais às suas necessidades e nelas encontravam satisfação. No entanto, no exercício do projeto colonial, acometeram lhes outros paradigmas adaptativos, associativos e ideológicos que acabaram por exercer um efeito aculturativo desde as camadas superiores.

Em síntese, a terra brasileira, a gente que lhes cabia comandar e dominar e os valores que surgiam dessa interação nada tinham que ver com os europeus e faziam da elite brasileira um tipo especialmente híbrido, dona de um transtorno de personalidade que as situava entre a pompa metropolitana e o chicote colonial. Cessa de ser aquela burguesia marítima, aventureira e ambiciosa, herdeira de Sagres, para estabelecer em torno da empresa escravista seu califado tropical, lento, cruel, rural e despótico.

A segunda dessas fases de estudo dos problemas da cultura brasileira corresponde aos efeitos da grande ruptura que foi a emergência da civilização industrial. Quando uma nova dinâmica de acumulação surge na Europa e pressiona essa cultura para fora, o mundo mercantil colonial já tinha estabelecido as linhas de comércio que conectariam a cultura do mundo através da mercadoria. Novos paradigmas científicos e tecnológicos tornam obsoletos velhos modos de vida, expulsam populações inteiras para fora da terra e do além-mar e fizeram da Europa, pouco a pouco, o verdadeiro “novo mundo”. Nele, ascendia a classe burguesa no embate político, impondo a lógica da racionalidade e mostrando o caminho da acumulação.

Furtado mostra que a sociedade europeia se expandia através de uma combinação unívoca de dois elementos: os incrementos de produtividade, resultantes da introdução de novas técnicas e da divisão social do trabalho. E a diversificação do consumo, ampliada pelo acesso final a esses novos bens e serviços. Esses elementos eram indissociáveis, pois os benefícios do incremento da produtividade eram uma intensificação da acumulação e, pela nova constituição social fundada nas revoluções burguesas, os maiores ganhos pressionavam a sociedade pela elevação dos salários. Esse mecanismo contribuiu para uma expansão tão intensa da demanda que permitiu a diversificação do consumo dos bens e serviços finais além de estímulos para novas expansões produtivas da oferta.

As transformações aceleradas da cultura europeia se disseminariam mundialmente através de produtos finais. Em si eles carregariam toda a informação de novos modos de vida, porém por si só não seriam capazes de ensinar as mesmas rupturas tecnológicas e sociais que produziram na Europa. Isso porque, em um país como o Brasil, que tinha acesso a um excedente através de arcaicos processos produtivos como a exportação de gêneros agrícolas, podia dele

usar para ter acesso aos mesmo produtos. Essa dissociação, porém, não permitia que se generalizasse o acesso a essa modernidade de produtos, uma vez que o excedente era retido por uma minoria da população e o processo produtivo era organizado sobre uma economia de trabalho escravo, que por razões evidentes não podia expandir salários nem permitir a elevação de padrões de vida.

Furtado concebe aí o problema cultural motivador da dependência que vai se estabelecendo. O consumo aos produtos modernos eram os fins últimos que perseguia a lógica da acumulação de uma sociedade periférica como o Brasil. Para ter acesso ao progresso civilizatório europeu era preciso intensificar e remodelar a empresa exportadora de forma a acumular mais e melhor. Furtado chama esse processo, onde a diversificação do consumo dissocia-se de alterações significativas na estrutura socioeconômica, de modernização dependente.

Em síntese, trata-se do processo histórico que conduziu o Brasil à ruptura colonial, não para transformar sua sociedade, mas para melhor organizar economicamente a empresa exportadora de forma a obter dela maiores ganhos e ter acesso à modernidade através do consumo. Esse efeito reflexo da modernização no Brasil levará Ribeiro a falar de uma formação neocolonial, culturalmente dependente da nova potência inglesa que dinamizava a civilização industrial insurgente. Por tal formação, pudemos ver que as reformas institucionais da independência, abolição e república foram produtos da adequação progressiva a um regime de especialização dado pela inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho como exportador de gêneros agrícolas e, portanto, reflexos da penetração da cultura industrial.

Como vimos, a elite que tinha acesso ao consumo através da importação era a única beneficiada da modernização e conheceu, nesse período, uma aproximação aos modos de vida e padrões de comportamento europeus. Reforçava assim o seu transtorno de personalidade, à medida que rejeitava sua imagem brasileira, criando o que Ribeiro chama de dicotomia do ethos nacional, onde tudo que era popular e, por isso mesmo, brasileiro, era tido como atraso e tudo o que provinha de fora, associado ao progresso.

Furtado observará que nunca havia sido tão grande o abismo cultural que separava elite e povo. A marginalização do povo regida pela aculturação foi a maneira que a elite encontrou de identificar-se com a civilização que surgia e afastar-se ilusoriamente dos enclaves de uma sociedade traumatizada e pobre. Distante de toda a modernização, o povo composto da exígua classe de trabalhadores livres e da massa de escravos libertos, sem nenhuma condição ou intenção de integrar-se aos novos paradigmas da civilização, é erradicado do trabalho e forma

um grande excedente de mão de obra nos setores de subsistência. Em contrapartida, será importado para o trabalho o proletariado europeu, melhor identificado com a cultura que a elite buscava mimetizar.

O terceiro e último período a que se refere esse trabalho nasce da ruptura gerada pela primeira grande crise da economia industrial, que pôs em cheque a relação entre as economias centrais e periféricas. Isso porque com a restrição de demanda das economias centrais, a periferia viu os níveis de acumulação de seus produtos agrícolas decaírem drasticamente e não podiam dar seguimento ao seu processo de modernização. Nesse contexto, o Brasil, dono de um contingente populacional significativo, viu no potencial do seu infante mercado interno a saída para o impasse que se colocava.

Furtado vai expor que a industrialização do Brasil via substituição de importações surge como saída para a crise da acumulação e vem a ser a primeira alteração significativa no sistema de forças políticas da classe dirigente brasileira. Nela, entram em cena novos grupos intermediários que vinham se estabelecendo nas cidades com a urbanização. A formação de uma classe média urbana – ainda que exígua frente à dimensão da massa populacional – representará um relevante contrapeso na balança da sociedade e da cultura brasileira.

Numa economia que se volta para o mercado interno, a cidade surge como elemento dinâmico da industrialização e atrai o imenso excedente de mão de obra atado aos setores de subsistência. Com essa transição rural-urbana, a visibilidade do povo torna-se negligenciável e a classe média em formação será permanentemente influenciada por seus valores culturais. Ao mesmo tempo, o povo, que pôde reproduzir genuinamente sua cultura à margem da civilização, passa a ser assediado pelos valores desta que ameaçam a descaracterização de sua força criativa. Com essa relação de interpenetração, rui o ethos incomunicável da barreira cultural entre o povo e a elite.

Ao mesmo tempo emerge, com a ascensão da potência norte-americana, uma nova síntese da modernidade, formada pela indústria de consumo de massa e a expansão de novos meios de comunicação. Uma modernidade com poderes desproporcionais de difusão cultural, que afetará todo o mundo buscando globalizar o sistema de cultura do capitalismo industrial.

Furtado mostra que no contexto da recuperação da economia mundial do pós-guerra e de movimentações da estrutura social, o Brasil se verá num impasse inadiável. Este será o de como replicar as condições de sucesso da industrialização dos países centrais, formados pela união indissociável de progresso técnico-produtivo (oferta) e expansão da renda vocalizada na diversificação do consumo (demanda).

Para resolver esse impasse a classe dirigente optará por integrar-se na economia capitalista industrial, adotando um “modelo” singular. Será ele o de adaptar-se à reduzida demanda da elite brasileira, privilegiando a sua capacidade de consumo em prejuízo de um achatamento da massa salarial da população. Assim contornava-se o obstáculo da insuficiência da demanda, dinamizando o crescimento do consumo de bens duráveis através da implantação de indústrias multinacionais operadas de fora.

Furtado mostra que nesse processo intensificado de modernização dependente está intrínseco o seu caráter cultural. Primeiro porque agrava a dependência tecnológica, à medida que inibe o processo de difusão das tecnologias já conhecidas em favor do processo da introdução de novos produtos. Isso conduz a impossibilidade tanto de internalizar as novas tecnologias como de democratizá-las para o conjunto da população. Segundo porque reforça a heterogeneidade social quando beneficia a concentração da renda, exigindo que o esforço de pauperização social atinja seu nível máximo. Dessa forma, a sustentabilidade de um modelo de acumulação que só pode ser mantido em benefício de uma minoria e em prejuízo de uma maioria, reforça que essa minoria precisa da dependência cultural para manter-se dominante. Identificando-se com uma cultura que não é capaz de criar, senão de imitar, perpetua a sua dominação e constringe a cultura e a criatividade. Perde, por fim, a capacidade de estar na vanguarda do seu tempo.

A identificação dessa tese levará Furtado e Ribeiro a conclamar pela formação de uma consciência crítica, capaz de perceber que a frustração da cultura é o ponto de partida para a condição de dependência de um povo. Nesse sentido, faz-se fundamental a persecução da identidade cultural brasileira, que só pode ser extraída da cultura popular. Esta, por graça ou desgraça da marginalidade que lhe foi imposta, preservou-se da obliteração da cultura estrangeira e pôde reproduzir-se criativamente.

Da tomada de consciência crítica através da identidade cultural, Furtado nos propõe seu modelo de endogeneidade, o princípio básico do desenvolvimento. Se somos capazes de: salvaguardar nosso patrimônio cultural e alinhar nossas prioridades em favor dele, estaremos potencializando a capacidade criativa da sociedade brasileira. Para fazê-lo precisamos atacar os dois imperativos que inibem cada uma dessas ações.

Salvaguardar nosso patrimônio é reduzir a dependência tecnológica que nos torna ávidos consumidores de produtos modernos. Se parece impossível estar na contramão do paradigma da modernidade que é a tecnologia, é preciso aos poucos inverter o sentido da criatividade. Estimular a expressão da identidade cultural parece ser fundamental nos nossos dias, se

queremos contribuir para o enriquecimento da cultura e não apenas consumi-la. Isso demanda que se conceba uma política cultural de preservação do patrimônio da coletividade (popular) e uma reorientação do excedente que se destina a padrões de consumo imitativos para o estímulo criativo nas diversas áreas onde ele se concebe, inclusive para a tecnologia.

Alinhar nossas prioridades em favor da cultura popular é matéria de questionamento simples. O que deseja ou anseia o povo brasileiro? Furtado nos apresenta a resposta elementar: a melhora das suas condições de vida, permitindo que ele tenha condições dignas de realizar suas potencialidades. Isso põe em primeiro plano o imperativo de reduzir a heterogeneidade social para sermos capazes de liberar as energias criativas deste que é o ator principal da nossa sociedade: o povo. “Trata-se em síntese, de defender a liberdade de criar, certamente a mais vigiada e coitada de todas as formas de liberdade. Portanto, essa terá que ser uma conquista do esforço daqueles que creem no gênio criativo do nosso povo” (FURTADO, 1984: 32). Celso Furtado e Darcy Ribeiro perceberam que defender a redução da desigualdade e da dependência cultural parece ser um caminho inevitável para perseguir o verdadeiro desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARNETT, H. G. et al. Acculturation: An Exploratory Formulation. The Social Science Research Council Summer: Seminar on Acculturation, 1953. American Anthropologist, v. 56, n. 6, p. 973-1000, 1954.

BHABHA, Homi. O Local da Cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

CHOQUE Cultural. Direção: Zelito Viana. Rio de Janeiro: Mapa Produções, 1975. 22min, Cor, 16mm. Online. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TW1ghDYEJQA>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

D'AGUIAR FURTADO, Rosa (Org.). Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

_____. (Org.). Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento. Rio de Janeiro: E-papers / Centro Internacional Celso Furtado, 2013.

FREYRE, Gilberto. [1933] Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª. ed. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959. [21ª. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1986].

_____. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. Dialética do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. Análise do 'modelo' brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1980.

_____. Cultura e desenvolvimento em época de crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. A fantasia organizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Discurso de posse. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/celso-furtado/discurso-de-posse>>. Acesso em: 10 jun. 2019

_____. Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais. São Paulo: Hucitec/Abphe, 2001.

HERSKOVITS, M. J. Acculturation: The study of culture contact. Nova Iorque: J.J. Augustin, 1938.

_____. 'The processes of cultural change'. In: LINTON, Ralph. The science of man in the world crisis. Nova Iorque: Columbia University Press, 1945.

_____. Antropologia cultural: Man and his works. São Paulo: Mestre Jou, 1964.

KEHL, Maria Rita. Bovarismo brasileiro. São Paulo: Boitempo, 2018.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adélia. Darcy Ribeiro e o enigma Brasil: um exercício de descolonização epistemológica. Sociedade e Estado, v. 26, n. 2, p. 23-49, 2011.

OGBURN, W. F. Social change with respect to culture and original nature. Nova Iorque: BW Huebsch Inc., 1922.

PRADO JÚNIOR, Caio. [1942] Formação do Brasil contemporâneo. 22^a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RIBEIRO, Darcy. O processo civilizatório: etapas da evolução sócio-cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. Os brasileiros I: Teoria do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

_____. Prefácio à 4^a Edição Venezuelana. In: _____ O processo civilizatório: etapas da evolução sócio-cultural. 9^a. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 22.

_____. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. Sobre o óbvio. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

RODRIGUEZ, Octávio. O estruturalismo latino-americano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SAPIR, Edward. [1924]. "Cultura 'autêntica' e 'espúria'". In: PIERSON, Donald. Estudos de Organização Social. Tomo II: Leituras de Sociologia e Antropologia Social. São Paulo: Martins Fontes, 1949

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.